



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DE
LICENCIATURA EM LETRAS
LICENCIATURA EM LÍNGUA ESPANHOLA

RAFAEL EDUARDO SANTANA DE SOUSA

O LUGAR DAS LÍNGUAS NOS PROCESSOS DE
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS

João Pessoa

2022

RAFAEL EDUARDO SANTANA DE SOUSA

O LUGAR DAS LÍNGUAS NOS PROCESSOS DE
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Letras-Espanhol da Universidade
Federal da Paraíba para obtenção do grau de
licenciado em Letras-Espanhol.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andrea Silva Ponte

João Pessoa

2022

PRÉVIA DA FICHA
Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S7251 Sousa, Rafael Eduardo Santana de.
O lugar das línguas nos processos de
internacionalização das universidades federais
brasileiras / Rafael Eduardo Santana de Sousa. - João
Pessoa, 2022.
63 f. : il.

Orientação: Andrea Silva Ponte.
TCC (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Línguas Estrangeiras. 2. Internacionalização. 3.
Planejamento Linguístico. I. Ponte, Andrea Silva. II.
Título.

UFPB/CCHLA

RAFAEL EDUARDO SANTANA DE SOUSA

O LUGAR DAS LÍNGUAS NOS PROCESSOS DE
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Letras-Espanhol da Universidade
Federal da Paraíba para obtenção do grau de
licenciado em Letras-Espanhol.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andrea Silva Ponte

Aprovado em: 15/06/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Andrea Silva Ponte (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Berenice Peres Martorelli (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof^ª. Dr^ª. Elaine Espindola Baldissera (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof^ª. Dr^ª. María Hortensia Blanco García Murga (Examinadora suplente)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo verificar o lugar que as línguas estrangeiras (LEs) ocupam nos planos de internacionalização das universidades federais do Brasil. Entre os objetivos específicos estão identificar se as LEs aparecem nesses documentos; verificar se elas são nomeadas ou se aparecem de modo genérico; descrever quais LEs são especificadas e como elas se relacionam entre si. A hipótese aqui trabalhada é de que o inglês ocuparia um espaço de destaque nos documentos, com o espanhol e o francês em uma posição secundária, e a quase invisibilidade de outras LEs, como o italiano, o alemão ou o mandarim. Como referencial teórico, se utilizou o modelo ampliado de Planejamento linguístico (PL) de Robert Cooper (1997), que defende que a compreensão do PL se vincula à compreensão do contexto social no qual está inserida. A metodologia utilizada é mista, com objetivo descritivo-exploratório; abordagem quali-quantitativa; e procedimento documental. Como previa a hipótese inicial, se constatou que as LEs estão em maior ou menor grau presentes nos documentos, com o inglês se destacando, e o espanhol e o francês em uma posição secundária, além da quase invisibilidade de outras línguas, como o italiano, o alemão ou o mandarim.

Palavras-Chave: Línguas Estrangeiras; Internacionalização; Planejamento Linguístico.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo verificar el lugar que ocupan las lenguas extranjeras (LEs) en los planes de internacionalización de las universidades federales de Brasil. Entre los objetivos específicos están identificar si las LEs aparecen en estos documentos; comprobar si se nombran o si aparecen de forma genérica; describir qué LEs se especifican y cómo se relacionan entre sí. La hipótesis aquí trabajada es que el inglés ocuparía un lugar destacado en los documentos, con el español y el francés en una posición secundaria, y la casi invisibilidad de otras LE, como el italiano, el alemán o el mandarín. Como referente teórico se utilizó el modelo ampliado de Planificación Lingüística (PL) de Robert Cooper (1997), que sostiene que la comprensión de la PL está ligada a la comprensión del contexto social en el que se inserta. La metodología utilizada es mixta, con un objetivo descriptivo-exploratorio; enfoque cuali-cuantitativo; y procedimiento de documentos. Como predecía la hipótesis inicial, se encontró que las LE están presentes en los documentos en mayor o menor medida, destacándose el inglés y en segundo lugar el español y el francés, además de la casi invisibilidad de otros idiomas, como el italiano, el alemán o la mandarina.

Palabras clave: Lenguas Extranjeras; Internacionalización; Planificación Lingüística.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	9
2.1 As línguas estrangeiras na internacionalização das IES	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO	15
4. METODOLOGIA	20
5. DESCRIÇÃO DO CORPUS	24
6. ANÁLISE	42
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
8. REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Knight (2020), não foram poucos os teóricos que trataram de definir a internacionalização do ensino superior. O problema, segundo a autora, é que muitas dessas definições carecem de uma aplicabilidade universal, uma vez que elas devem ser utilizadas para fazer referência a diferentes países, culturas e sistemas educacionais. Tendo isso em conta, Knight cunhou a sua própria definição de internacionalização, que será adotada neste presente trabalho, como “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária” (2004 apud KNIGHT, 2020, p. 24).

Atualmente, a internacionalização está, em maior ou menor grau, no centro dos interesses de universidades localizadas ao redor do globo. Ainda conforme a autora, a abertura internacional universitária é uma das principais forças que vêm causando impacto e, ao mesmo tempo, modelando a educação pós-secundária na contemporaneidade, fenômeno que constitui um verdadeiro “sinal dos nossos tempos”.

Considerando que as instituições de ensino superior (IES) brasileiras estão inseridas nesse processo e que muitas elaboraram, nos últimos anos, suas políticas de internacionalização, e considerando também que este trabalho se inscreve na área de Letras, mais precisamente no âmbito teórico da Política e do Planejamento linguístico, a pergunta norteadora desta pesquisa é: qual o espaço ocupado pelas línguas estrangeiras (LEs) nos planos de internacionalização das universidades federais brasileiras? O recorte da pesquisa abarca apenas as universidades federais, uma vez que se trata da ampliação a nível nacional de um artigo anterior elaborado como trabalho final de curso de especialização no qual foram analisados apenas os documentos das universidades federais do Nordeste do Brasil.

Como objetivo geral, este trabalho busca verificar o espaço que as LEs ocupam nos planos de internacionalização das universidades federais brasileiras. Como objetivos específicos: identificar se as LEs estão presentes nos mencionados documentos; verificar se elas são nomeadas de modo específico, por exemplo, inglês, espanhol, francês, etc., ou se aparecem de modo genérico, por exemplo, idiomas, línguas estrangeiras, línguas, etc.; descrever quais LEs são especificadas e como elas se relacionam entre si. A hipótese levantada é a de que o inglês detém uma posição de destaque nos planos de internacionalização, com o espanhol e o francês em um lugar secundário, e a quase invisibilidade de outras LEs, como, por exemplo, o italiano, o alemão ou o mandarim.

O presente texto está estruturado em sete partes: a primeira corresponde a esta introdução; a segunda se trata de algumas considerações acerca da internacionalização do ensino superior, com uma subseção que aborda especificamente as LEs nesse contexto; a terceira diz respeito ao referencial teórico na área de Política e Planejamento linguístico, com ênfase na obra de Robert Cooper (1997); a quarta apresenta a metodologia adotada; a quinta se refere à descrição do corpus, ou seja, os planos de internacionalização das universidades federais; a sexta se dedica à análise dos dados coletados; e a última apresenta as considerações finais.

Cabe ainda mencionar que o interesse do autor deste trabalho pelo tema das línguas estrangeiras no contexto da internacionalização das universidades brasileiras começou ao longo da graduação, quando participou como voluntário, e posteriormente como bolsista, de projetos de pesquisa na área de política linguística orientados pela professora Andrea Silva Ponte, a saber, *O status das línguas na pós-graduação no nordeste brasileiro*, em 2019, e *Internacionalização e cultura linguística nas universidades do nordeste brasileiro*, em 2020.

2. INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Enganam-se aqueles que pensam na internacionalização como algo novo no contexto universitário. Diversos pesquisadores, como Carvalho (2020), Stallivieri (2002), Charle e Verger (1996) e Vilaça (2014), apenas para mencionar alguns, sustentam que desde o nascimento das primeiras instituições de ensino superior, criadas ainda no período medieval europeu, o fenômeno já estava presente, uma vez que havia naquele então uma intensa mobilidade de professores e alunos entre as distintas cidades universitárias do continente, como era o caso de Paris, Salamanca, Coimbra, Bolonha, Toulouse e Oxford.

Apesar dessa origem medieval, o que hoje se denomina internacionalização, como afirma De Wit (2020), emergiu há cerca de três ou quatro décadas graças a uma combinação de fatores políticos, econômicos, socioculturais e acadêmicos. E esse movimento começou primeiro na Europa, com destaque o Processo de Bolonha¹ que, segundo Morgado (2009), constituiu um marco na reforma das instituições de ensino no continente, o que possibilitou a criação de um espaço que viabilizou a internacionalização e facilitou a circulação de docentes e discentes. Isso porque, conforme Lima, Azevedo e Catani (2008), o referido processo tinha

¹ O Processo de Bolonha se iniciou em junho de 1999, na Cidade de Bolonha (Itália), quando foi assinada a Declaração de Bolonha por ministros responsáveis pela educação superior de diversos países europeus.

por objetivo equiparar, em diferentes instituições, elementos como graus, diplomas, títulos e currículos.

Quanto ao cenário brasileiro, Guimarães (2020) sustenta que a internacionalização das universidades no Brasil ainda é um fenômeno relativamente recente e, portanto, se encontra em estágio incipiente quando comparada a outros países. Paiva e Brito (2019) afirmam que, principalmente a partir dos anos 2000, nas instituições brasileiras vem aumentando a demanda pela internacionalização nos programas de pós-graduação, sendo que um indício desse crescimento está no quadriênio avaliativo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de 2013 a 2016, que inseriu a perspectiva de que “o grau de internacionalização de um programa de pós-graduação (PPG) seria requisito *sine qua non* para a inserção do mesmo no rol de programas considerados de excelência” (2019, p. 494), ou seja, aqueles PPGs que foram qualificados com notas 6 e 7.

Ainda sobre o Brasil, Moraes Filho (2021) aponta que não é de hoje que a internacionalização está presente nas nossas instituições, mas o que antes ocorria de maneira assistemática, ultimamente vem encontrando um ambiente no qual se desenvolvem mecanismos articulados. Um dos elementos que contribuiu para essa sistematização nos últimos anos foi o Programa Institucional de Internacionalização lançado pela CAPES em 2017, o CAPES-PrInt, que tem por objetivos, entre outros, fomentar, implementar e consolidar os planos de internacionalização das instituições contempladas². Cabe mencionar que já no processo de seleção as IES deveriam apresentar seus respectivos planos para a internacionalização.

Lima e Maranhão (2009) indicam que no país há uma inclinação a uma internacionalização passiva, que está presente na maioria dos países periféricos e semiperiféricos economicamente; enquanto que em países hegemônicos, como os EUA e alguns localizados na Europa, há uma propensão a uma internacionalização ativa. Segundo as autoras, a modalidade ativa se manifesta, entre outros pontos, por meio de políticas de estado voltadas para a atração e acolhimento de acadêmicos, bem como pela oferta de serviços educacionais no exterior, como a exportação de programas e a instalação de campi; enquanto que a passiva, por sua vez, se apresenta pela preocupação com o envio, sobretudo de professores e pesquisadores, para os grandes centros onde buscam formação. “Esta forma de inserção no sistema de educação mundial reforça o histórico desequilíbrio existente entre os países do Norte e do Sul” (LIMA; MARANHÃO, 2009, p.586).

²<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>. Acesso: 25/05/2022.

Acerca da importância da atração de estudantes estrangeiros para os países do Norte, as autoras comentam:

Mais do que nunca, a atração de estudantes internacionais passa a representar divisas resultantes da imposição de taxas de inscrição e anuidades, despesas que os estudantes (por meio de bolsas de estudo ou investimento proveniente das respectivas famílias) precisam arcar (transporte, habitação, alimentação, saúde, lazer etc.) durante o séjourn de estudo; sem desconsiderar o potencial de promover o país de acolhimento (língua, cultura, interesses políticos e econômicos etc.) no país de origem, ao término da formação. (p. 587)

As autoras argumentam que à medida que a internacionalização ativa está limitada a poucos países do Norte, são criadas condições para a emergência de uma internacionalização hegemônica capaz de influenciar fortemente a organização do sistema mundial de educação superior. No contexto de assimetrias entre o Norte e o Sul³, sendo o primeiro considerado pelo segundo um modelo a ser seguido, quase sempre sem a criticidade necessária, de acordo com Leite e Genro (2012), nasce um imperialismo novo, sutil e benevolente que defende os interesses de grupos específicos situados nos países do Norte.

O imperialismo benevolente irradia seu processo de dominação e exploração através de uma perspectiva que torna possível ampliar a forma de dominação com um mínimo de coerção. A hegemonia nessa forma de imperialismo se faz pela promoção de um modo de vida, formas de pensar, agir e consumir nos moldes da lógica do mercado europeu. A educação, nesse sentido, tem papel fundamental na socialização de normas e princípios compatíveis com esse mundo existente (LEITE; GENRO, 2012, p. 770).

Nesse contexto, se desconsideram as especificidades locais dos países do Sul ao se naturalizar os modelos oriundos de contextos hegemônicos do Norte e promovê-los como sinônimo de “padrões de boa qualidade”. Pode-se aqui associar o *imperialismo benevolente* aos conceitos de internacionalização ativa e passiva propostos por Lima e Maranhão, já vistos aqui, posto que são precisamente os países periféricos e semiperiféricos, como o caso do Brasil, que vivem uma internacionalização passiva, que sofrem o imperialismo mencionado acima.

Os “padrões de boa qualidade”, de acordo com Genro e Leite (2018), contam com a chancela de instituições de alta credibilidade, como a Unesco, e se tornam uma necessidade para as universidades ao longo do globo. Em todo esse panorama, os rankings internacionais assumem um papel importante, pois, ainda de acordo com as autoras, na indução produzida

³ Aqui os termos Norte e Sul não fazem referência à localização geográfica dos países. De acordo com Odeh (2010), enquanto que o Norte Global representa as sociedades desenvolvidas, localizadas em países europeus, nos Estados Unidos, no Canadá, em Israel, na África do Sul, na Austrália, entre outros; o Sul Global representa sociedades em desenvolvimento como os países africanos e latino-americanos, a Índia, a China, entre outros.

por eles tem-se um quadro que sugere a difusão hegemônica de valores e concepções europeias.

Finardi e Guimarães (2017) notam que as universidades têm dado cada vez mais importância à reputação no exterior, uma vez que buscam estar bem classificadas nos rankings internacionais, o que vem estimulando a participação nestes. Sobre a questão linguística, os autores afirmam que os rankings “parecem ter sido concebidos por e para universidades de língua inglesa ou por aqueles que adotaram cursos EMI⁴ em seus currículos” (p. 616). Seguindo essa mesma linha, Bernasconi (2013) destaca o fato de que os rankings utilizam em suas avaliações bases de dados como ISI-Thomson Reuters e SCOPUS que recolhem material publicado principalmente em inglês, o que invisibiliza grande parte das publicações em outras línguas, como o português e o espanhol provenientes da América Latina.

Levando em consideração, entre outros elementos, os rankings internacionais, algumas universidades podem naturalizar as induções produzidas pelo *imperialismo benevolente* no momento de construir seus planos de internacionalização dando destaque ao inglês como língua estrangeira nesse processo, como indicam alguns dos documentos analisados nesta pesquisa.

2.1 As línguas estrangeiras na internacionalização das IES

De acordo com Lagares (2013) a realidade das línguas no mundo é complexa e não sabemos com precisão quantas línguas são faladas. Calvet (1999) indica que no planeta existem de 6500 a 7000 línguas, entre as quais são estabelecidas relações hierarquizadas. Para exemplificar e organizar essa hierarquia, o autor apresenta um modelo gravitacional, que parte da ideia de que as línguas estão vinculadas entre si pelos falantes bilíngues. Basicamente, de acordo com o autor, existe uma língua hipercentral, como é o caso atualmente do inglês, cujos falantes tendem a ser monolíngues; em volta dela, gravita uma dezena de línguas supercentrais, como é o caso do português, do espanhol, do francês, do alemão, do árabe, mandarim, entre outras, cujos falantes, quando bilíngues, tendem a falar a língua hipercentral ou uma das supercentrais; em torno destas últimas, gravita uma centena de línguas centrais, que tem como satélites milhares de línguas periféricas.

Acerca da realidade das línguas no contexto da educação pós-secundária, Oliveira (2020) chama atenção para o fato de os seis maiores sistemas universitários do mundo (China: 28,3 milhões; Índia: 17 milhões; EUA: 16,9 milhões; Rússia: 8,1; Indonésia: 6 milhões; Brasil: 4,3 milhões) serem maiormente monolíngues, ou seja, nos EUA em inglês, na Rússia

⁴ *English as a Medium of Instruction.*

em russo e no Brasil em português. Isso traz consequências, entre outros pontos, no que tange à atração de estudantes estrangeiros ao país. De acordo com o *Global Flow of Tertiary-Level Students*⁵, da Unesco, os cinco primeiros países que mais enviam estudantes ao Brasil são, nessa ordem, Angola, Colômbia, Peru, Japão e Paraguai. A língua, seguramente, é um dos pontos de atrativo para os estudantes desses países, em especial entre os países que falam português e espanhol.

No contexto da internacionalização, no qual existe a necessidade de comunicação com estrangeiros, é de se esperar que as LEs ocupem um lugar central no processo, pois, como afirma Guimarães (2020), aprender um segundo idioma pode intensificar os contatos internacionais, sejam virtuais ou presenciais, que são cada vez mais frequentes e importantes na vida das pessoas, permitindo acesso a informações e oportunidades acadêmicas e profissionais. Ainda sobre essa relação internacionalização e LEs, Celada (2018) aponta para:

[...] a necessidade de conceber a linguagem e as línguas como uma questão altamente relevante quando se pensa em internacionalização e em todas as arestas que essa implica; sem dúvida, a questão deve constituir uma preocupação das conduções universitárias, dos órgãos reguladores de pós-graduação e das agências de fomento, e atravessar todos os campos do conhecimento. (p. 194)

Em uma tabela construída por Brito, Campos e Mercado (2020) a partir das principais ações de internacionalização do ensino superior listadas em textos de diversos autores, pode-se averiguar o modo como as LEs deveriam estar inseridas no processo de internacionalização. Na referida tabela, dentro do que seria a internacionalização em casa estão enumeradas ações como: oferta de currículo e/ou disciplinas/seminários em LE na graduação e pós-graduação; aperfeiçoamento da LE; formação em LE; produção de dossiês periódicos escritos em LE com parceiros internacionais. No que diz respeito às mudanças institucionais necessárias para a internacionalização, os autores colocam a formação em LE. Quanto à parte que trata dos diálogos com a produção científica internacional, eles relacionam a comunicação dos resultados de pesquisas em LE, como também a editoria e publicação de periódicos internacionais em LE.

Apesar disso, Andrade (2018) aponta que a falta de competência comunicativa em LEs no contexto universitário (estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos) é uma realidade e um dos maiores entraves ao processo de internacionalização das IES no Brasil.

⁵ <http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>. Acesso: 23/05/2022.

Finardi, Santos e Guimarães (2016) também vão nessa mesma direção ao indicar que: “um dos maiores obstáculos à internacionalização dessa instituição é a falta de proficiência em línguas estrangeiras em geral e no inglês em particular” (p. 242).

Considerando aqui um índice que mede anualmente a proficiência em língua inglesa entre 112 países, o *English Proficiency Index* (EPI, 2021)⁶, elaborado pela empresa *Education First* (EF), o Brasil ocupa a posição número 60 no mundo, estando entre o grupo daqueles que têm baixo nível de proficiência. Levando em conta apenas o contexto da América Latina, o país está na 12º colocação entre 20 nações, atrás da Argentina, Bolívia, Cuba, Costa Rica, República Dominicana, Paraguai, Chile, Uruguai, El Salvador, Honduras e Peru.

Isso ficou claro durante a vigência do Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), que durou de 2011 a 2017, ação cujo objetivo principal estava na mobilidade de estudantes e pesquisadores para outros países. Finardi e Guimarães (2017) assinalam que no início do programa foram desconsideradas questões relacionadas à proficiência em LEs entre o público-alvo. “Isso resultou numa grande procura, a princípio, por bolsas para Portugal e Espanha, dada a proximidade do idioma de tais países com o português brasileiro” (FINARDI; GUIMARÃES, p. 603). Acerca da procura por Portugal no contexto do CsF, Pereira (2021) afirma:

A ênfase neste país levou o Ministério da Educação a suspender as bolsas para esse destino no início de 2013 (PARAGUASSU, 2013; SARMENTO et al., 2016). O motivo dessa suspensão reside no objetivo de levar os estudantes a aprenderem uma língua estrangeira em sua experiência de intercâmbio. Diante do desafio da proficiência em língua estrangeira, especificamente, língua inglesa, evidenciado pela escolha por Portugal e a falta de um número significativo de candidatos elegíveis ao quantitativo de bolsas, foi criado o Programa Inglês sem Fronteiras pela Portaria n. 1.466 em dezembro de 2012 (BRASIL, 2012). (p. 5633)

Em 2014, o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF-Inglês) posteriormente foi ampliado no sentido de abarcar outras línguas, nascendo o Idiomas sem Fronteiras (IsF), que além de LEs também promovia cursos de português para estrangeiros como forma de atender às necessidades de estudantes de outros países que chegassem ao Brasil. Cabe aqui destacar que a escolha inicial apenas pelo inglês é um indício de que, no contexto de internacionalização, essa língua é colocada em um lugar diferente das demais. Guilherme e Picoli (2020) considerando esse papel do inglês afirmam:

A internacionalização da educação superior não está alheia às relações de poder entre países, mercados e culturas. A língua inglesa como “segunda língua universal” é uma manifestação dessas relações. A maior parte da

⁶ <https://www.ef.com.br/eipi/> Acesso: 25/05/2022.

produção global de conhecimento científico é publicada e só se encontra disponível em inglês. Os programas de mobilidade acadêmica exigem habilidades em língua inglesa que a maior parte dos estudantes falantes de outros idiomas não detêm. Além disso, os rankings universitários costumam considerar apenas a produção em inglês (p. 166).

Essa hegemonia do inglês também é atestada por Finardi, El Kadri e Taquini (2021) ao mencionar que países não anglófonos oferecem cursos em inglês como meio de instrução para fazer frente à dominância da internacionalização do ensino superior por parte, sobretudo, da Austrália, do Reino Unido e dos EUA.

Philipson (1992) [...] associa tal predomínio a uma forma de imperialismo linguístico que a partir do poder econômico afirma a hegemonia linguística do inglês. Esse predomínio do inglês se reafirma e mantém, segundo o autor citado, pelo estabelecimento e pela reprodução contínua de desigualdades estruturais e culturais entre o inglês e as outras línguas. Por estrutural são entendidas as propriedades materiais como as instituições ou as distribuições financeiras e, por culturais, as imateriais ou ideológicas (atitudes, princípios pedagógicos, etc.) (ARNOUX, 2016, p.5, tradução nossa).⁷

Hamel (2013) afirma que a ideia de um monolinguismo em inglês nas ciências e na educação superior constitui uma arma poderosa dos países anglófonos, “uma verdadeira chantagem, para que o resto do mundo acadêmico se submeta às suas práticas e adote o monopólio do inglês em sua própria atuação”⁸ (p. 325, tradução nossa). Frente a essa realidade, e focando na América Latina, o autor defende o plurilinguismo, que define como no qual a coexistência de várias línguas é algo valorizado como fator de enriquecimento dos indivíduos e da sociedade em seu conjunto (HAMEL, 2000 apud 2013).

REFERENCIAL TEÓRICO

A área da Política e do planejamento linguístico (PPL) emergiu na segunda metade do século XX em um contexto no qual, sobretudo na África e na Ásia, nasciam novas nações. De acordo com Ribeiro da Silva (2013), naquele momento, os pesquisadores da área dedicavam-se em sua maioria ao estudo e à resolução do que eles julgavam ser “problemas

⁷ No original: “Philipson (1992) [...] asocia este predominio con una forma de imperialismo lingüístico que a partir del poder económico afirma la hegemonía lingüística del inglés. Este dominio del inglés se reafirma y mantiene, según el autor citado, por el establecimiento y la reproducción continua de desigualdades estructurales y culturales entre el inglés y las otras lenguas. Por estructural entiende las propiedades materiales como las instituciones o las distribuciones financieras y, por culturales, las inmateriales o ideológicas (actitudes, principios pedagógicos, etc.)” (ARNOUX, 2016, p. 5).

⁸ No original: “[...] un verdadero chantaje, para que el resto del mundo académico se subordine a sus prácticas y adopte el monopolio del inglés en su propia actuación” (HAMEL, 2013, p. 325).

linguísticos” presentes nos países recém-liberados da dominação colonial, posto que acreditavam que a heterogeneidade linguística seria um problema a ser superado. Desse modo, segundo Torquato (2010), na configuração do Estado moderno havia a necessidade de adoção e oficialização de uma língua, embora pudesse haver outras no território, para ser utilizada como língua nacional no contato administrativo entre o povo e o poder constituído.

É nesse cenário que surge o termo *language planning* (planejamento linguística), usado pela primeira vez por Einar Haugen em estudos que estava realizando sobre o processo de desenvolvimento da língua nacional da Noruega (RIBEIRO DA SILVA, 2013). Naquele momento, Haugen entendia o planejamento linguístico como: “a atividade de preparar uma ortografia normativa, uma gramática e um dicionário para a orientação de escritores e falantes em uma comunidade de fala não homogênea”⁹ (HAUGEN, 1959, p. 8 apud HORNBERGER, 2006 p. 26, tradução nossa). Uma década depois, em 1969, Heinz Kloss usou pela primeira vez dois termos que seriam importantes para o desenvolvimento da área: planejamento de corpus e planejamento de status, que se referem, respectivamente, à forma e à função da língua.

Essa etapa inicial da PPL, de acordo com Sousa, Ponte e Sousa-Bernini (2019), estava marcada, entre outros pontos, por uma concepção de língua desvinculada de seu contexto histórico, social e político. Conforme Ribeiro da Silva (2013), há três postulados básicos desse período de consolidação da área, entre 1960 e 1970: “(1) a diversidade linguística constitui um “problema” para as nações (em desenvolvimento); (2) as línguas são passíveis de modernização; e (3) cabe ao linguista propor, com base em parâmetros científicos, soluções para os “problemas” dessas comunidades e/ou nações” (p. 293). Ainda segundo Ribeiro da Silva, nas duas décadas seguintes houve uma forte crítica à área, uma vez que os novos pesquisadores a acusaram não somente de servir aos interesses de grupos sociais específicos, mas também de se autoproclamar um empreendimento objetivo (científico) e ideologicamente neutro ao negligenciar as motivações políticas, sociais e ideológicas que estavam envolvidas.

A partir desse contexto de crítica surgem visões ampliadas dentro da PPL, como é o caso de Robert Cooper, autor que publica, em 1989, o livro *Language planning and social change*¹⁰, obra cujos conceitos são utilizados na presente pesquisa como referencial teórico. Já na introdução do livro, o autor deixa claro que para a compreensão do Planejamento linguístico (PL), é necessário que haja uma compreensão das mudanças sociais que o

⁹ No original: “[...] the activity of preparing a normative orthography, grammar, and dictionary for the guidance of writers and speakers in a non-homogeneous speech community” (HAUGEN, 1959, p. 8 apud HORNBERGER, 2006 p. 26).

¹⁰ Nesta pesquisa foi utilizada a tradução em espanhol *La planificación lingüística y el cambio social*, de 1997.

impulsionaram. Para exemplificar de que modo as mudanças sociais influenciam o PL, no primeiro capítulo Cooper apresenta quatro casos de PL aplicados a épocas, lugares e problemas distintos, formando um conjunto heterogêneo que deve ser englobado pelo conceito. O primeiro exemplo diz respeito à criação da Academia Francesa no século XVII; o segundo, à revitalização do hebreu na Palestina; o terceiro, à campanha feminista nos EUA; o quarto, à alfabetização em massa na Etiópia.

Cooper demonstra que os quatro exemplos estavam envolvidos em problemas linguísticos, a saber, a incompreensão da literatura francesa do século XVII; a demanda dos judeus por uma língua franca na Palestina do século XIX; a interpretação de determinados termos da língua inglesa como machistas; o analfabetismo generalizado da população etíope. Apesar disso, o autor afirma que as modificações linguísticas que ocorreram nos exemplos mencionados obedeceram, na verdade, a fins não linguísticos, ou seja, a criação da Academia Francesa pretendia ajudar no processo de legitimação do rei; a revitalização do hebreu tinha por objetivo a criação de uma nação autônoma; a exclusão de palavras julgadas como machistas desejava colaborar com a melhora dos direitos femininos; a alfabetização na Etiópia procurava diminuir a participação dos estudantes nas lutas políticas contra o governo. Desse modo, Cooper expõe que o PL pode defender interesses de grupos bem específicos, geralmente quem está no poder e, portanto, passa longe da neutralidade pregada pelos teóricos da fase inicial da área.

Neste presente trabalho, a mudança social considerada é a internacionalização do ensino superior e o desejo do Brasil de fazer parte deste processo que teve no CsF, já mencionado aqui, um ponto divisor de águas ao ser considerado “a maior estratégia governamental de internacionalização na história do ensino superior brasileiro” (PROLO et al., 2019. p. 1). Conforme a página web do CsF, o programa buscava “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”¹¹. Era prevista a oferta de até 101 mil bolsas no período de 2011 a 2015 para que os alunos de graduação e pós-graduação das IES brasileiras pudessem ter experiência no exterior. De acordo com Conceição e França (2016), 78% das bolsas foram destinadas para graduação sanduíche, concedidas prioritariamente a cursos de engenharia e ciências da saúde, que corresponderam a 63% do total, duas áreas que constavam na lista das que deveriam ser priorizadas pelo CsF, considerando a escassez de mão-de-obra qualificada e o atraso em áreas tecnológicas no Brasil. O programa, no entanto, como já mencionado anteriormente, sofreu

¹¹ <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acessado em 28/05/2022.

por conta de um problema linguístico: a falta de competência em LEs por parte dos discentes, docentes e servidores técnico-administrativos das universidades brasileiras, lembrando que os principais sistemas universitários mundiais são monolíngues, ou seja, não se trata de uma característica exclusiva do Brasil.

Em seu livro, Cooper elenca algumas perguntas que devem ser respondidas para se compreender um PL: *quem planeja o que para quem e como?* No caso desta pesquisa o *quem* são o CAPES, por meio do CAPES-PrInt, e as instituições de ensino superior, mais especificamente as universidades federais brasileiras; o *que* é a internacionalização das mencionadas instituições por meio de seus planos estratégicos de internacionalização; o *quem* corresponde à comunidade acadêmica, formada por discentes, docentes e servidores técnico-administrativos, bem como por estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros que possam ser atraídos por essas universidades; o *como* são as ações para se alcançar as metas estabelecidas nos referidos documentos, como os cursos de capacitação linguística, o oferecimento de disciplinas em LEs e a tradução das páginas web de seus PPGs para outras línguas, por exemplo.

Cooper também trata de três tipos de planejamento: 1) planejamento formal, que corresponde a intervenções na forma da língua, modificando formas já existentes e a selecionando novas entre várias formas alternativas de um código oral ou escrito; 2) planejamento funcional, as decisões normativas de manter, ampliar ou restringir os usos ou funções de uma língua em determinados contextos; 3) planejamento de aquisição, as atividades organizadas para promover a aprendizagem de uma língua. Embora os dois primeiros tipos de planejamento já tivessem sido conceituados¹², o terceiro foi uma contribuição de Cooper para a área. De acordo com Ribeiro da Silva, “o ‘modelo’ triádico proposto por Cooper consolidou-se e passou a balizar o desenvolvimento das pesquisas e das práticas de política linguística” (2013, p. 395).

Sobre a forma como esses três tipos de planejamento se relacionam, Cooper afirma:

[...] as mudanças de função e de forma promovidas pelo planejamento formal e funcional afetam o número de usuários de uma língua e são, por sua vez, afetados por ela. Os novos usuários podem se sentir atraídos pelos novos usos dados a uma língua. Por exemplo, quando uma língua começa a ser usada como língua franca, como o hebraico na Palestina e o kiswahili na África Oriental, ela se torna mais útil e atrai um número maior de falantes. Além disso, os novos usuários podem introduzir novos usos, como sucede com o hebraico e o kiswahili, que agora são usados para todas as funções de um estado moderno. Como a função, a forma e a aquisição de uma língua

¹² O linguista Heinz Kloss, já em 1969, havia realizado uma distinção entre planejamento de corpus (relacionado à forma da língua) e o planejamento de status (relacionado às funções da língua). O primeiro corresponderá no modelo de Cooper ao planejamento formal, enquanto que o segundo, ao funcional.

são aspectos inter-relacionados, os planejadores de um desses aspectos devem levar os outros em consideração (1997, p. 295, tradução nossa).¹³

Considerando os três tipos de planejamento, apesar de Cooper deixar claro eles estão conectados e muitas vezes é difícil de separá-los na prática, nesta pesquisa talvez o segundo e o terceiro sejam os que mais se aplicam. O planejamento funcional pode determinar, por exemplo, que LEs estarão presentes em um plano de internacionalização e de que modo elas serão usadas na universidade, ou seja, em ementas, disciplinas, sinalização dos campi, bibliografia, exames de proficiência, publicações, etc.; já o planejamento de aquisição está presente, principalmente, por meio dos cursos de capacitação linguística. É certo que um planejamento alimenta o outro e se relacionam, por exemplo, ao se exigir conhecimentos em determinada LE para que um aluno curse uma disciplina, ele procura por cursos de capacitação nessa língua. Isso cria uma espécie de ciclo que é difícil de romper.

Outro ponto importante para este trabalho é o fato de Cooper sustentar que muitos teóricos da área no período da publicação de seu livro tinham resistência à inclusão do PL em unidades sociais em pequena escala, como igrejas, escolas e sindicatos. Apesar disso, ele era favorável a essa inclusão e acreditava que tais restrições empobreceriam a área. Nesta pesquisa, as unidades sociais escolhidas são as universidades, o que está dentro das possibilidades de PL para o autor.

Cooper, após comparar e analisar diversos conceitos de PL, chega à sua própria definição:

O planejamento linguístico compreende os esforços deliberados por influenciar o comportamento de outras pessoas quanto à aquisição, à estrutura ou à atribuição funcional de seus códigos linguísticos. Esta definição não limita os planejadores a organismos autorizados, tampouco restringe o tipo de grupo ao qual é dirigido o planejamento, nem especifica uma forma de planejamento ideal. Além disso, se formula mais em termos de comportamento do que em termos de solução de problemas. Por último, emprega o termo influir no lugar de modificar, posto que o primeiro inclui a manutenção ou a preservação do comportamento vigente -um objetivo plausível do planejamento linguístico- ademais da modificação desse comportamento (p. 60, tradução nossa).¹⁴

¹³ No original: “[...] los cambios de función y de forma promovidos por la planificación formal y funcional afectan al número de usuarios de una lengua y a su vez son afectados por este. Los nuevos usuarios pueden sentirse atraídos por los nuevos usos que se dan a una lengua. Por ejemplo, cuando una lengua comienza a utilizarse como lengua franca, como el hebreo en Palestina y el kisujili en África oriental, resulta más útil, por lo que atrae a un mayor número de hablantes. Además, los nuevos usuarios pueden introducir nuevos usos, como sucede con el hebreo y el kisujili, que ahora se emplean para todas las funciones de un estado moderno. Como la función, la forma y la adquisición de una lengua son aspectos interrelacionados, los planificadores de uno de esos aspectos deberían tener en cuenta los demás” (COOPER, 1997, p.295).

¹⁴ No original: “La planificación lingüística comprende los esfuerzos deliberados por influir en el comportamiento de otras personas respecto de la adquisición, la estructura o la asignación funcional de sus códigos lingüísticos. Esta definición no limita los planificadores a organismos autorizados, ni tampoco restringe

Essa definição, se a compararmos à de Haugen, deixa claro o modo como a área foi expandida. Sousa e Roca (2015) elencam alguns desses pontos, como: o PL não é uma ação que acontece apenas de cima para baixo; as línguas podem ser objeto de mudança na forma, na função e no aumento do número de usuários; o PL pode se destinar a grupos menores ou mesmo a um único indivíduo; o planejamento linguístico tem por objetivo influenciar comportamentos linguísticos e não apenas solucionar problemas.

METODOLOGIA

A metodologia aqui utilizada é de método misto, considerada por Johnson e outros autores (2007) como a terceira grande abordagem de pesquisa junto com a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa, e definida pelos autores como:

A pesquisa de métodos mistos é o tipo de pesquisa na qual um pesquisador ou equipe de pesquisadores combina elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa (por exemplo, uso de pontos de vista qualitativos e quantitativos, coleta de dados, análise, técnicas de inferência) para fins amplos de amplitude e profundidade de entendimento e comprovação (p. 123, tradução nossa)¹⁵

Quanto ao objetivo de pesquisa, de acordo com Gil (2002), é possível classificá-lo em três grandes grupos: exploratório, descritivo, explicativo. A exploratória “tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (p. 41); a descritiva “tem como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (p. 42); a explicativa “tem por preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (p. 42). Nesta pesquisa o objetivo é exploratório-descritivo, posto que busca proporcionar familiaridade com

el tipo de grupo al que está dirigida la planificación, ni especifica una forma de planificación ideal. Además, se formula en términos de comportamiento más que en términos de solución de problemas. Por último, emplea el vocablo influir en lugar de modificar, pues el primero incluye el mantenimiento o la preservación del comportamiento vigente -un objetivo plausible de la planificación lingüística- además de la modificación de ese comportamiento” (p.60).

¹⁵ No original: “Mixed methods research is the type of research in which a researcher or team of researchers combines elements of qualitative and quantitative research approaches (e.g., use of qualitative and quantitative viewpoints, data collection, analysis, inference techniques) for the broad purposes of breadth and depth of understanding and corroboration” (JOHNSON et al. 2007, p.123).

o tema das línguas estrangeiras nos processos de internacionalização, bem como descrever o fenômeno.

No que se refere ao procedimento, este trabalho é documental ao se debruçar sobre os planos de internacionalização das universidades. Sobre as relações entre o documental e o bibliográfico, Gil comenta:

Nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental, já que, a rigor, as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público. Além do mais, boa parte das fontes usualmente consultadas nas pesquisas documentais, tais como jornais, boletins e folhetos, pode ser tratada como fontes bibliográficas. Nesse sentido, é possível até mesmo tratar a pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa documental, que se vale especialmente de material impresso fundamentalmente para fins de leitura. (2002, p. 46).

No que diz respeito ao percurso metodológico, inicialmente foi realizada uma busca pelas universidades federais do Brasil, resultando em um total de 63 instituições. Em um segundo momento foi realizado um levantamento pela internet de quais dessas IES haviam elaborado planos de internacionalização, reduzindo o número inicial para 34 (Tabela 1). Posteriormente, foram realizadas as leituras dos planos de internacionalização, buscando-se termos como *línguas, idiomas, língua(s) estrangeira(s), espanhol, língua espanhola, francês, língua francesa, inglês, língua inglesa, italiano, língua italiana, mandarim, português como língua estrangeira, plurilinguismo, multilinguismo*, entre outros. Por fim, foram analisados os dados coletados para a construção de tabelas e gráficos referentes a pontos como: 1) contraste entre as regiões brasileiras no que diz respeito à existência de planos de internacionalização; 2) como as LEs aparecem nos documentos, ou seja, se são nomeadas especificamente (inglês, espanhol, francês, etc) ou se são tratadas de modo genérico (línguas, línguas estrangeiras, idiomas), bem como a quantidade de vezes que esses termos aparecem; 3) incidência do termo multilinguismo ou plurilinguismo, e como é apresentado; 4) ações de capacitação linguística, se são mencionadas LEs específicas ou não; 5) a presença do português como língua estrangeira; 6) a existência de disciplinas em LE; 7) versões das páginas web institucionais em LE, em que línguas.

Tabela 1: Resumo de informações sobre as universidades federais do Brasil por região:

Nº	Região	Sigla	UF	Plano de Internacionalização
1	Centro-oeste	UFCat	GO	Não

2	Centro-oeste	UFG	GO	Sim
3	Centro-oeste	UFGD	MS	Não
4	Centro-oeste	UFJ	GO	Não
5	Centro-oeste	UFMS	MS	Não
6	Centro-oeste	UFMT	MT	Não
7	Centro-oeste	UnB	DF	Sim
8	Nordeste	UFAL	AL	Sim
9	Nordeste	UFBA	BA	Sim
10	Nordeste	UFC	CE	Sim
11	Nordeste	UFCA	CE	Sim
12	Nordeste	UFCE	PB	Não
13	Nordeste	UFERSA	RN	Não
14	Nordeste	UFOB	BA	Não
15	Nordeste	UFRB	BA	Sim
16	Nordeste	UFSB	BA	Não
17	Nordeste	UFMA	MA	Sim
18	Nordeste	UFPB	PB	Sim
19	Nordeste	UFPE	PE	Sim
20	Nordeste	UFPI	PI	Não
21	Nordeste	UFRN	RN	Sim
22	Nordeste	UFRPE	PE	Não
23	Nordeste	UFS	SE	Não
24	Nordeste	UFT	TO	Não
25	Nordeste	UNILAB	CE	Não
26	Nordeste	UNIVASF	PE	Não
27	Norte	UFAC	AC	Não
28	Norte	UFAM	AM	Não
29	Norte	UFPA	PA	Não
30	Norte	UFOPA	PA	Não

31	Norte	UFRA	PA	Não
32	Norte	UFRR	RR	Não
33	Norte	UNIFAP	AP	Não
34	Norte	UNIFESSPA	PA	Não
35	Norte	UNIR	RO	Não
36	Sudeste	UFABC	SP	Sim
37	Sudeste	UFES	ES	Sim
38	Sudeste	UFF	RJ	Sim
39	Sudeste	UFJF	MG	Sim
40	Sudeste	UFLA	MG	Sim
41	Sudeste	UFMG	MG	Sim
42	Sudeste	UFOP	MG	Sim
43	Sudeste	UFRJ	RJ	Sim
44	Sudeste	UFRRJ	RJ	Sim
45	Sudeste	UFSCar	SP	Sim
46	Sudeste	UFSJ	MG	Sim
47	Sudeste	UFTM	MG	Sim
48	Sudeste	UFU	MG	Sim
49	Sudeste	UFV	MG	Não
50	Sudeste	UFVJM	MG	Não
51	Sudeste	UNIFAL	MG	Sim
52	Sudeste	UNIFESP	SP	Não
53	Sudeste	UNIRIO	RJ	Não
54	Sul	FURG	RS	Sim
55	Sul	UFFS	SC	Não
56	Sul	UFPEL	RS	Sim
57	Sul	UFPR	PR	Sim
58	Sul	UFRGS	RS	Sim
59	Sul	UFSC	SC	Sim

60	Sul	UFSM	RS	Sim
61	Sul	UNILA	PR	Sim
62	Sul	UNIPAMPA	RS	Sim
63	Sul	UTFPR	PR	Sim

DESCRIÇÃO DO CORPUS

Universidade de Brasília (UnB)

No Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília (UnB) 2018-2022, de março de 2018, termos como LEs aparecem muitas vezes, por exemplo, para fazer referência à associação entre a chegada de professores estrangeiros visitantes e o aumento do potencial da universidade de ofertar disciplinas em LE; à criação de uma política linguística baseada em modelos plurilingues e que promova as LEs; ao estímulo das LEs em diferentes contextos acadêmicos; à criação de uma lista de disciplinas ministradas em LEs; à organização de eventos científicos com apresentações em LEs; à recepção de teses e dissertações em outras línguas.

O inglês é citado individualmente cinco vezes, quando se aponta para a possibilidade de oferta de disciplinas em inglês nos cursos do EaD; a difusão das LEs, em geral, e do inglês em específico entre estudantes, professores e servidores técnico-administrativos; a tradução de páginas web da instituição para o inglês; a reformulação da página web da Secretaria de Assuntos Internacionais para português e inglês); a publicação de ebooks temáticos em português e inglês.

As demais LEs são nomeadas algumas vezes, com destaque para o espanhol e o francês, quando o texto trata dos cursos de idiomas do Programa Permanente de Extensão em alemão, árabe, coreano, espanhol, esperanto, francês, grego moderno, hebraico, inglês, italiano, japonês, mandarim, russo e turco; dos cursos que eram oferecidos pelo IsF em inglês, espanhol, francês e japonês; da produção de materiais informativos em inglês, francês e espanhol; da oferta de disciplinas e cursos ministrados em inglês, espanhol e francês na pós-graduação; da disponibilização de página web do Decanato de Ensino de Graduação (DEG) em inglês e espanhol.

Cabe ainda destacar que os termos multilíngue e multilinguismo aparecem em diversos momentos como objetivos da instituição, como quando se aponta para a necessidade de criação de revistas multilingues; além disso, a promoção e difusão do português para estrangeiros também é mencionada em algumas ocasiões.

Universidade Federal do ABC (UFABC)

O Plano Institucional de Internacionalização da UFABC, de 2018 a 2023 apresenta duas versões, uma em português e outra em português/inglês. O termo LEs aparece duas vezes, quando menciona, como estratégia, a qualificação para servidores com ênfase na redação de artigos científicos em LEs; e como os resultados esperados, o oferecimento de cursos de redação de artigos científicos em LEs, visando a publicação. O termo idiomas é mencionado algumas vezes, por exemplo, para fazer referência à valorização do domínio de idiomas estrangeiros como um dos critérios de seleção em concursos públicos para docentes.

O inglês está presente ao menos vinte vezes, tal como, na atualização de materiais de divulgação institucional em inglês; na realização de revisão/edição de artigos em inglês; na expansão dos cursos de idiomas, com prioridade para o inglês; na oferta de disciplinas em inglês na graduação e na pós-graduação; na criação de cursos de capacitação para que os docentes possam ministrar disciplinas em inglês; na tradução das ementas das disciplinas, prioritariamente para o inglês.

Outras LEs ademais do inglês são citadas uma única vez, quando se faz referência a cursos de inglês, espanhol, francês e italiano que são oferecidos na instituição não apenas para os graduandos, mas também professores e servidores técnico-administrativos. O português para estrangeiros não é nomeado, mas o documento afirma que um dos seus objetivos específicos é capacitar os brasileiros em idiomas estrangeiros, sobretudo em inglês, e os estrangeiros em idioma português. Não há menção a termos como multilinguismo ou plurilinguismo.

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

A resolução nº 16/2018-CONSUNI-UFAL, de 26 de março de 2018, que aprova o plano institucional de internacionalização no âmbito da UFAL, menciona em algumas ocasiões as LEs de modo geral, por exemplo, quando se manifesta a necessidade de avaliação do nível de competência linguística dos discentes, docentes e servidores técnico-administrativos. Além disso, o texto indica a intenção de ofertar cursos de idiomas

nas Casas de Cultura; além de capacitação específica para servidores, com enfoque inicial naqueles que trabalham em setores que atuam diretamente na internacionalização. É mencionada também a criação de disciplinas bilíngues e/ou exclusivamente em outros idiomas.

O inglês é citado algumas vezes, quando se afirma que docentes e pesquisadores estrangeiros podem participar de seleções e concursos públicos fazendo uso do inglês; quando se indica a necessidade de criação de páginas web em inglês com o objetivo de promover a visibilidade dos PPGs da instituição internacionalmente; quando se considera o *Relatório Final 2016/2017 - Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020*, cujas recomendações são tomadas como prioritárias para a UFAL em seu processo de internacionalização, como a criação de condições para que os docentes, discentes e pesquisadores possam ter domínio do inglês; assim como a oferta de disciplinas no idioma. Outras LEs não são nomeadas. Tampouco há referências ao português para estrangeiros ou a palavras como multilinguismo ou plurilinguismo.

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

A Resolução nº 3, de 26 de março de 2018, que dispõe sobre a aprovação da Política de Internacionalização da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, constante no Anexo da Resolução, menciona os termos LEs ou outras línguas diversas vezes, ao fazer referência ao fomento de cursos de LEs; à elaboração de mecanismos que meçam os níveis de domínio da comunidade em LEs; à oferta de aulas na graduação e na pós-graduação em outras línguas. O espanhol aparece uma única vez, quando se faz menção à oferta de cursos de espanhol e de português para estrangeiros por meio de uma perspectiva multilingue e multicultural. Outras LEs não são nomeadas.

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

No Plano de Internacionalização da UFBA, de abril de 2018, o termo LEs é utilizado muitas vezes, por exemplo, para fazer referência à necessidade de oferta de cursos em LE, bem como a aplicação de exames de proficiência em LE. Entre as diretrizes estratégicas são listadas a disseminação de competência em LEs tanto entre os discentes como docentes. O documento menciona ainda o PDI, que sustenta que se deve ampliar a internacionalização da produção científica dos PPGs através da revisão e tradução de trabalhos para LE.

O inglês está presente no documento, por exemplo, quando se enfatiza a língua inglesa entre os elementos relevantes para a internacionalização da instituição; quando se menciona a organização de eventos e cursos em inglês para melhorar as competências multiculturais da comunidade; também quando se manifesta a intenção de produzir material de divulgação institucional em inglês; e aumentar em 15% o número de artigos publicados e indexados no *Web of Science*. É mencionado também o esforço da instituição nos últimos anos de disseminar as LEs, principalmente do inglês.

Não há menções a nomes de outras LEs além do inglês. O plano ainda aponta que existe o ensino de português como língua estrangeira na instituição. Quanto ao plurilinguismo ou multilinguismo, não há referências.

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

A resolução nº 89/CONSUNI, DE 2019, que dispõe sobre a Política de Internacionalização da Universidade Federal do Cariri - UFCA, não se refere às LEs de modo específico ou genérico. Tampouco há menção a termos como multilinguismo ou plurilinguismo. Há, contudo, um parágrafo que expressa a cooperação com instituições latino-americanas como prioritária para o plano de internacionalização da universidade, o que alude ao uso da língua espanhola em tal processo.

Universidade Federal do Ceará (UFC)

O Plano de Internacionalização da UFC, de 2017, utiliza algumas vezes o termo LEs. O documento afirma que é preciso estimular e promover ações de aprendizagem de LEs e do Português como língua estrangeira; apoiar a oferta de disciplinas ofertadas em LEs; dar suporte linguístico a discentes e docentes na realização de disciplinas em LEs; promover o desenvolvimento de proficiência em LEs; fortalecer e ampliar os programas de leitorado em LEs.

Ao inglês há quatro menções no documento. Faz-se referência à existência na universidade da possibilidade de concursos serem realizados em inglês; à promoção e à visibilidade internacional dos PPGs por meio, sobretudo, do inglês; à atualização das páginas web, e à sinalização dos campi com informações também em inglês.

Outras LEs também são nomeadas, por exemplo, quando se afirma que a universidade mantém convênios para a contratação de professores visitantes leitores de espanhol, alemão e

francês; e segundo quando lista as línguas presentes dos cursos do IsF, a saber, espanhol, francês, italiano, alemão, inglês e português. O português como língua estrangeira é citado um par de vezes. Não há menção a termos como o multilinguismo ou o plurilinguismo.

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

O Plano de Internacionalização da Universidade Federal do Espírito Santo, de abril de 2018, menciona o termo LEs apenas duas vezes quando trata do oferecimento de cursos de LEs para capacitar a comunidade para a interação em outras línguas; bem como de seminários e cursos em LE. Por sua vez, a palavra idiomas aparece em algumas ocasiões, por exemplo, ao apontar para a ação de divulgar cursos ofertados em outros idiomas; e para o atendimento ao público estrangeiro em outros idiomas.

O inglês é citado nove vezes em ações como a atualização do portal da UFES e dos Programas de Pós-graduação com informações atualizadas em inglês; a tradução dos programas de disciplinas e ementas para o inglês; o suporte para a inserção de disciplinas, cursos e eventos em inglês nos projetos pedagógicos. Outras LEs não são nomeadas. O Português para estrangeiros é mencionado quando se afirma a necessidade de apoio aos estrangeiros por meio de cursos e ações de Português como Língua Estrangeira (PLE). Não há referências a termos como multilinguismo ou plurilinguismo.

Universidade Federal Fluminense (UFF)

O Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal Fluminense (UFF), de 2018, tem uma versão em português e outra em inglês. Termos como LEs e idiomas aparecem muitas vezes ao longo do documento, por exemplo, quando se expressa o incentivo que existe para que professores dos PPGs ofereçam disciplinas em idiomas estrangeiros, sobretudo inglês; o desafio de capacitar linguisticamente docentes para ministrar disciplinas em inglês e em outros idiomas; a necessidade de aumento da oferta de cursos de línguas para secretários das coordenações de graduação e pós-graduação; a democratização do acesso às LEs. O texto ainda menciona que a universidade conta com cinco programas de ações linguísticas que envolvem o ensino e a promoção de LEs.

O inglês, que na introdução do documento é apontado como língua franca, aparece em 14 ocasiões, por exemplo, quando se faz menção à possibilidade de realização das provas em inglês em concursos públicos; à demanda pelo aumento da oferta de disciplinas em inglês; à necessidade de capacitação de docentes para a realização de disciplinas ministradas em inglês;

à apresentação das páginas web da instituição com versões em inglês; a um levantamento da porcentagem de páginas em inglês dos PPGs.

Outras LEs, para além do inglês, são mencionadas algumas vezes. Quando são detalhadas as línguas dos cursos oferecidos pelo Universalização em Línguas Estrangeiras (PULE), são citados o inglês, espanhol, francês, alemão; italiano, chinês e russo. O espanhol aparece mais uma vez, quando se coloca necessidade de mais professores de pós-graduação oferecerem disciplinas em idiomas estrangeiros, sobretudo inglês e espanhol; o francês aparece também quando se menciona que em 2017 cursos de inglês e francês passaram a ser ofertados para os secretários das coordenações de graduação e pós-graduação. Também há uma indicação de que em 2018 a UFF inauguraria a sede do Instituto Confúcio, que passaria a ser responsável por todas as atividades ligadas ao fomento da língua e da cultura chinesa na instituição.

No documento há uma seção específica dedicada ao português como língua estrangeira, já que a universidade oferece cursos na área e realiza o Celpe-Bras. No plano ainda aparecem palavras como plurilinguismo, multiculturalismo e multilinguismo.

Universidade Federal de Goiás (UFG)

O Plano Estratégico de Internacionalização da Universidade Federal de Goiás: 2022-2025, publicado em 2021, utiliza o termo LEs muitas vezes, por exemplo, quando faz referência ao aumento da proficiência em LE dos discentes e dos servidores; à formação de uma equipe de docentes e discentes para atuar na assessoria linguística e revisão de textos em LEs; à oferta de disciplinas em LE; 4) à necessidade de sinalização em LEs nos campi.

A língua inglesa é mencionada em 20 ocasiões, quase sempre sozinha, tal como na oferta de curso de escrita acadêmica científica em inglês; no curso preparatório para teste de proficiência em inglês; no material com informações sobre a UFG em inglês; 4) portal da UFG em inglês; nos cursos de capacitação a professores que desejam ministrar aulas em inglês.

Outras LEs também são nomeadas algumas vezes, com destaque para o espanhol, por exemplo, quando o documento faz referência às disciplinas em LE ofertadas nos PPGs em 2021, das quais 13 eram em inglês e três em espanhol; à tradução automática das páginas web dos PPGs para inglês, francês, espanhol, italiano, alemão e mandarim; às aulas de inglês, francês, espanhol, italiano e alemão ofertadas pelo Centro de Línguas; ao nível de proficiência

da comunidade acadêmica em inglês e espanhol; à participação de professora leitora de espanhol; às aulas que eram oferecidas pelo IsF em inglês, espanhol e francês; à criação de um portal internacional da universidade em espanhol, além do que já existe em inglês.

É importante frisar que há uma indicação a respeito do aumento da oferta no número de cursos de português para estrangeiros na instituição. Termos como multilingue, multilinguismo e plurilinguismo praticamente não aparecem, inclusive, o texto afirma que o baixo número de atividades multiculturais e multilinguísticas são uma ameaça ao processo de internacionalização da instituição.

Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA)

A Resolução CONSUN nº 5, de abril de 2019, que aprova a Política de Internacionalização da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, conforme anexo da resolução, não menciona o termo LEs. A palavra idiomas aparece uma vez quando se afirma a necessidade de um núcleo de tradução de documentos em espanhol e, quando possível, em outros idiomas. O inglês aparece em uma ocasião junto a outras línguas para exemplificar o contexto multilingue da instituição, onde circulam falantes de guarani, quéchua, aimará, creole haitiano, francês, alemão, inglês, entre outras. O documento ainda menciona o espanhol seis vezes, sempre fazendo referência ao caráter bilíngue da instituição. Cabe frisar que o português se encontra no texto sempre ao lado do espanhol, mas não há especificação do português para estrangeiros.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

No Plano Institucional de Internacionalização da UFJF, de maio de 2018, as LEs de modo genérico aparecem em algumas ocasiões, por exemplo, quando se afirma que a oferta de bolsas a alunos estrangeiros pode promover e expandir os cursos de LEs. Em alguns momentos, após citar o inglês, o documento utiliza a expressão *outras línguas* ou *outros idiomas*, por exemplo, quando expressa que os docentes que desejarem ministrar disciplinas em outros idiomas poderão receber auxílio de tutores, e que tais disciplinas constarão em um catálogo específico, para além do catálogo em inglês, como um incentivo ao multilinguismo.

O inglês é citado ao menos nove vezes, sempre em lugar destacado em relação às demais LEs, por exemplo, quando se menciona a meta de tradução para o inglês dos principais conteúdos da universidade, como as ementas das disciplinas; a concessão de bolsas

para que discentes proficientes em inglês possam ser tutores de docentes que ministrem disciplinas em inglês; 3) a produção de um catálogo de disciplinas ofertadas em inglês. O plano explicita que o seu objetivo final é a internacionalização do currículo da graduação e da pós-graduação e que isso se dará através do inglês, embora se afirme que a universidade tratará de conservar o multilinguismo concomitantemente.

Outras LEs também aparecem, sempre acompanhadas, com destaque para o espanhol, o francês e o italiano, quando o texto menciona a criação de um projeto com cursos oferecidos em línguas como inglês, espanhol, francês e italiano; os cursos do IsF que também eram em inglês, espanhol, francês e italiano; as ações de um projeto de extensão que oferta aulas de inglês, espanhol, francês, italiano, grego Clássico, latim e libras.

Apesar do local destacado dado ao inglês, o plano menciona algumas vezes o multilinguismo e, inclusive, afirma que este é o objetivo da Política linguística da instituição. Ao Português para estrangeiros, por meio da oferta de cursos, também são feitas referências ao longo do documento.

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

O Projeto de Internacionalização da Universidade Federal de Lavras, publicado entre 2012 e 2013, e com vigência de 15 anos, não faz referências ao termo LEs. A palavra idiomas aparece algumas poucas vezes, por exemplo, quando coloca como meta o uso do inglês e/ou outros idiomas na rotina do campus; também quando explicita uma ação que visa publicar editais para professores que desejem elaborar materiais em diferentes idiomas sobre suas disciplinas.

O inglês no documento aparece em pelo menos 28 ocasiões, muitas das vezes em lugar de destaque, ao mencionar o estabelecimento de um centro de idiomas capaz de qualificar a comunidade em inglês; a promoção do acesso ao estudo do inglês; a contratação de docentes para ministrar cursos de inglês; o estabelecimento de um programa de cursos de inglês instrumental; a criação de um programa de pós-graduação multidisciplinar ofertado em inglês; o apoio à realização de eventos internacionais em inglês na UFLA.

Outras LEs também são nomeadas, com destaque para o espanhol, por exemplo, quando expõe a necessidade de criar material de divulgação em inglês e espanhol; a produção de vídeos institucionais em inglês e espanhol; a publicação de um guia em inglês e espanhol para estudantes estrangeiros; a reestruturação da página web da instituição em inglês,

espanhol e francês; o estímulo à oferta na graduação e na pós-graduação de disciplinas em inglês e espanhol; a ampliação do acervo bibliográfico da universidade em inglês e espanhol.

O documento não menciona termos como multilinguismo, plurilinguismo, multilingue ou plurilingue. O português para estrangeiros é citado uma vez, quando afirma a necessidade de oferta de cursos na área em um futuro centro de línguas.

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A resolução *nº 341/CONSUN*, de 19 de abril de 2021, menciona algumas vezes o termo LEs de modo genérico, por exemplo, quando se expõe a intenção de criar atividades em LE para capacitar alunos, professores e demais servidores; o apoio ao diálogo entre atores competentes em LE e professores/pesquisadores da universidade; a revisão de textos a serem publicados em revistas internacionais. O inglês é mencionado uma vez quando o apontam como pré-requisito para a mobilidade estudantil. Outras LEs não são especificadas. O português para estrangeiros é citado. Não há menção a palavras como multilinguismo e plurilinguismo.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O Plano Estratégico de Internacionalização da UFMG abril/2018 - março/2013, de 2018, menciona poucas vezes o termo LEs, por exemplo, quando afirma haver a demanda de capacitação dos servidores técnico-administrativos em LE; bem como ofertar cursos em LE para atrair alunos estrangeiros. A palavra idiomas também aparece, por exemplo, quando menciona a capacitação por meio de cursos de idiomas para a internacionalização da universidade; a oferta de disciplinas voltadas para o ensino de idiomas para fins acadêmicos.

O inglês é citado ao menos 26 vezes, em muitas ocasiões sozinho, por exemplo, quando aponta para o aumento no número de cursos de inglês, assim como de outras LEs, ministrados por professores estrangeiros; a necessidade de emissão de certificados de aproveitamento e históricos escolares em língua inglesa para graduação e pós-graduação; a atualização semestral de vídeo com informações sobre a UFMG em português e inglês; a produção de catálogo impresso com as informações institucionais em português e inglês; a realização de cursos de verão/inverno oferecidos em inglês.

O espanhol é nomeado 18 vezes, por exemplo, quando o documento coloca que é necessário oferecer carga horária em atividades em inglês ou espanhol na graduação e na pós-graduação; disponibilizar informação online sobre a UFMG em inglês e espanhol;

aumentar a proficiência em inglês e espanhol entre os discentes e os técnico-administrativos; incentivar a oferta de atividades em inglês e espanhol; elaborar páginas web para os PPGs em português, inglês e espanhol; atualizar anualmente o guia de orientação sobre a UFMG em inglês e espanhol. Outras línguas, como o francês, o alemão ou o italiano não são citadas.

O plano também menciona a expressão português como língua adicional algumas vezes, por exemplo, ao expressar a necessidade de oferta de cursos na área. Por fim, cabe frisar que há a utilização do termo multilíngue três vezes.

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

O Plano de Internacionalização da Universidade Federal de Ouro Preto - 2018, menciona termos como LEs e idioma estrangeiro, por exemplo, quando faz referência à importância das LEs para o desenvolvimento da internacionalização e da mobilidade acadêmica; à necessidade de promover testes de proficiência em LEs; à atribuição de créditos para graduandos e pós-graduandos que façam cursos de LEs; à pontuação para servidores que estudarem LEs; ao incentivo ao uso da língua inglesa e outras LEs nas disciplinas tanto da graduação como da pós-graduação.

O inglês é mencionado ao menos 36 vezes, tais como, a necessidade de uma página web principal da UFOP e dos PPGs traduzidos para o inglês; a criação de cursos de férias em inglês; a atração de professores nativos de língua inglesa para ministrar aulas de inglês por meio do Fulbright¹⁶; a oferta de cursos de inglês como preparação para testes de proficiência; a promoção de cursos de inglês para servidores; a ampliação do acervo bibliográfico da instituição em inglês; a obrigatoriedade de comprovação de proficiência em inglês como requisito para a conclusão do período probatório da carreira docente; o incentivo ao uso do inglês nos eventos de iniciação científica e pós-graduação da universidade.

O espanhol aparece em 24 ocasiões, enquanto que o francês em apenas uma, por exemplo, quando são indicados pontos como o uso do espanhol e do francês, para além do inglês, como línguas no processo de internacionalização; a regulamentação da possibilidade de redação e defesa de monografias, dissertações e teses em inglês e espanhol; a produção de materiais de divulgação da universidade em inglês e espanhol; a ampliação da oferta de disciplinas ministradas em inglês ou espanhol. Ademais dessas menções acompanhadas do inglês, o plano traz uma seção intitulada *Ampliar o conhecimento de língua espanhola e*

¹⁶ De acordo com a página do Fulbright Brasil, o programa chegou ao país em 1957 e oferece bolsas de estudo por meio das quais, ao longo dos anos, mais de 4.900 brasileiros foram estudar nos EUA e mais de 3.400 estadunidenses vieram estudar no Brasil. Página: <https://fulbright.org.br/quem-somos/> Acesso: 02/05/2022.

cultura hispânica nos campi da UFOP, na qual expõe metas, como criar cursos de língua espanhola para os alunos da graduação e da pós-graduação; ampliar a oferta de disciplina de língua espanhola como eletiva; realizar a aplicação de provas de proficiência de língua espanhola.

Além disso, há a presença do português como língua estrangeira em ao menos três ocasiões, por exemplo, nos exames de proficiência no processo de seleção para a pós-graduação. Também existe a menção ao termo plurilinguismo, que aparece uma vez na introdução do documento.

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Na resolução nº 06/2018, que regulamenta a política de internacionalização da UFPB, termos como LEs estão presentes, por exemplo, quando se coloca a necessidade de dar suporte linguístico a docentes e discentes por meio de componentes curriculares e/ou cursos em LE; a possibilidade de oferta de disciplinas nos PPGs em LE desde que autorizadas pelo colegiado do programa.

O inglês é mencionado quatro vezes. Afirma-se que os editais ou outros documentos deverão ser traduzidos para o inglês ou outra língua; além disso, existe a indicação de que os resumos e palavras-chave dos trabalhos de conclusão devem estar em inglês. Há duas referências diretas ao espanhol e uma ao francês quando se expõe a necessidade de promoção de editais e seleções em LEs, em especial em inglês e espanhol; e a possibilidade de que os trabalhos de conclusão de curso sejam apresentados em português, inglês, francês ou espanhol.

A resolução ainda expressa a importância de oferta de cursos de português como língua estrangeira na estrutura curricular da graduação e da pós-graduação. Não são mencionadas palavras como multilinguismo ou plurilinguismo.

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

No Plano Institucional de Internacionalização da UFPR 2018/2022, os termos LEs e idioma estrangeiro aparecem muitas vezes, por exemplo, quando o documento aponta para o aumento da oferta de cursos de LEs; a criação de catálogo de disciplinas oferecidas em idioma estrangeiro; o incentivo a docentes que possam ofertar disciplinas em LE; a necessidade de investimento para auxiliar os pesquisadores no trabalho de correção de textos escritos em

idioma estrangeiro.

O inglês é mencionado ao menos quatro vezes ao se fazer referência ao apoio institucional para o desenvolvimento de competências linguísticas para a produção, e a consequente publicação, de textos em inglês; à ampliação do número de docentes qualificados para ministrar disciplinas em inglês; ao fomento aos cursos de inglês instrumental e de conhecimento das culturas estrangeiras a servidores docentes e técnico-administrativos. Outras LEs para além do inglês não são nomeadas. O plano também cita o português como língua estrangeira, bem como utiliza termos como multilinguismo e multilingue.

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

O Planejamento estratégico de Internacionalização da UFPel utiliza termos como LEs e idiomas estrangeiros diversas vezes, por exemplo, para fazer referência à expansão do estudo e uso das LEs; à ampliação da oferta de disciplinas lecionadas em LEs na graduação, pós-graduação; ao incentivo ao estudo de línguas estrangeiras; à organização de atividades de capacitação para apresentações acadêmicas em idiomas estrangeiros.

O documento nomeia o inglês e o espanhol em quatro ocasiões, na implementação de disciplinas lecionadas em LEs, sobretudo o inglês e o espanhol; no aumento da visibilidade internacional da UFPel por meio das páginas web dos PPGs, atualizados em LEs, destacando o inglês e o espanhol; na promoção e realização de eventos em LEs, principalmente em inglês e espanhol; na produção de material institucional de divulgação em inglês e espanhol. Outras LEs não são mencionadas.

O documento defende a promoção e expansão do português para estrangeiros e como prioridade na UFPel para promover a atração de estrangeiros; apresenta a necessidade de a universidade ter pelo menos um docente dedicado exclusivamente ao português para estrangeiros; entre outros pontos. O documento também menciona o multilinguismo.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

O Plano de Internacionalização UFPE 2017-2017, de 2018, utiliza o termo LEs em algumas ocasiões, por exemplo, quando se faz referência ao ensino de LEs como uma estratégia da internacionalização; ao desenho e implementação de projetos de oferta de disciplinas em LEs; à estruturação de programas de capacitação em LEs para toda a comunidade.

O inglês é mencionado duas vezes em lugar de destaque, quando se faz menção ao fornecimento de histórico escolar bilíngue português/inglês como ação voltada para a internacionalização em casa; e a regulamentação da oferta de disciplinas em inglês. O espanhol, o francês e o italiano também são nomeados, por exemplo, quando o documento coloca a meta de divulgar os polos de excelência da instituição em português, inglês, espanhol e francês; quando afirma ser necessário o apoio às atividades do Núcleo de Línguas no programa de formação em inglês, espanhol, francês, italiano e português para estrangeiros; a ampliação das vagas nos cursos de espanhol, italiano e português para estrangeiros no Campus Recife; a tradução para inglês, espanhol e francês da página web da UFPE.

O português para estrangeiros é lembrado por duas vezes em ações que envolvem a capacitação linguística. O documento ainda menciona a promoção de uma política multilinguística para a UFPE, assim como o acesso multilíngue às informações sobre a instituição e as atividades universitárias por meio de mídias digitais e meios tecnológicos.

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

O Plano Institucional de Internacionalização, de 2018, afirma que há intenção da universidade em ampliar a oferta de línguas adicionais; e que entre os princípios do plano está a oportunidade de aprendizagem de línguas estrangeiras. Algumas LEs são nomeadas quando são listadas as línguas que estavam presentes no IsF em 2017, a saber, inglês, espanhol e francês. Não há outras referências a línguas específicas. Ademais, o plano cita os cursos de português para estrangeiros ofertados na instituição. Por fim, é expressado que existe a intenção de planejar a divulgação dentro de modelos multilíngues. Sem citar a LE, afirma também a necessidade de tradução de informações relevantes de cursos, projetos e documentos institucionais.

Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)

A resolução nº11/2019, que dispõe sobre a aprovação do Plano Institucional de Inserção Internacional da UFRB faz referências às LEs quando afirma o diagnóstico de programas com potencial de oferta de atividades formativas em outros idiomas; quando coloca como necessária a elaboração de material de divulgação em distintos idiomas sobre os cursos de graduação e pós-graduação; bem como a organização de eventos internacionais nos quais possam ser realizadas apresentações em diferentes idiomas. Não menciona, contudo, qualquer LE em específico. Cabe ainda destacar que o documento não cita o português para

estrangeiros ou termos como multilinguismo ou plurilinguismo.

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

A Deliberação nº 022/208, de abril de 2018, dispõe sobre o Plano de Internacionalização da FURG. O documento em ao menos dez ocasiões utiliza as expressões LEs ou idioma estrangeiro, como quando alude à produção de vídeo institucional em idioma estrangeiro; e também à oferta de disciplinas de pós-graduação em idioma estrangeiro. Não há referências a LEs específicas; tampouco existe menção ao português como língua estrangeira ou a palavras como multilinguismo ou plurilinguismo.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

A Resolução 052/2018, que dispõe sobre o Plano Estratégico de Internacionalização da UFRN, utiliza o termo LEs de maneira genérica algumas vezes ao longo do texto. Por exemplo, quando faz referência à necessidade de atividades acadêmicas em LEs; à realização de cursos de LEs para estudantes, professores e demais servidores; à sinalização dos Campi em LEs; aos cursos de escrita em LEs para que os professores possam publicar em revistas internacionais.

O documento menciona LEs em específico, por exemplo, quando coloca a meta de tradução das ementas dos cursos de graduação e pós-graduação para o inglês, o francês e o espanhol; quando cita os cursos oferecidos pelo Instituto Ágora, a saber, inglês, francês, espanhol, alemão e grego moderno. O inglês no documento ainda é lembrado quando se assinala que a instituição é um centro aplicador dos exames TOEFL e IELTS.

Também há menção ao desejo de aumentar a oferta de cursos de português para estrangeiros. Há uma referência ao multilinguismo quando se afirma a necessidade de página web multilíngue com as informações necessárias para a cooperação com a UFRN e a realização de mobilidade.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com vigência de 2016 a 2026, faz duas breves referências às LEs, quando aponta, considerando o que estava presente no PDI da universidade, para a ampliação da oferta de disciplinas em idioma estrangeiro; e para a promoção de publicações em diferentes línguas.

Apesar desse pouco espaço dado às LEs, o documento dedica uma seção que trata da UFRGS como potência internacional regional, na qual considera o Mercosul e a América Latina como um todo, embora sem citar a língua espanhola.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O Plano de Cooperação e Intercâmbio Internacionais: 2018-2022 da UFRJ não menciona especificamente qualquer LE. Propõe, contudo, a ampliação da oferta de cursos de LEs; a publicação online das ementas das disciplinas em LE; a criação de versões da página web da UFRJ em LEs. A necessidade de oferta de cursos de Português como LE também está presente no texto. Não há referências a termos como multilinguismo ou plurilinguismo.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

No Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021-2025, os termos LEs e idiomas estrangeiros aparecem algumas vezes ao longo do documento, por exemplo, quando demonstra a necessidade de cursos de LEs voltados para os servidores que trabalham diretamente com a internacionalização; de aumento no número de disciplinas em idiomas estrangeiros nos programas de doutorado e pós-graduação; bem como do apoio na implementação e divulgação de disciplinas em LEs.

Há três menções ao inglês e ao espanhol quando se afirma que como forma de implementar disciplinas em LEs, se pretende realizar anualmente oficina sobre técnicas para o ensino em inglês e espanhol; que se pretende igualmente elaborar material de divulgação em inglês, espanhol e português; que se produziu a página web da Coordenação de Relações Internacionais e Interinstitucionais (CORIN) em português, espanhol e inglês. Outras LEs não são nomeadas. O português para estrangeiros aparece no documento como um ponto que deve ser expandido e promovido. Não estão presentes palavras como multilinguismo ou plurilinguismo.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

O Plano Institucional de Internacionalização da UFSC, de 2018, faz algumas referências às LEs de modo geral, por exemplo, quando menciona o incremento da oferta de cursos de LEs para docentes e técnico-administrativos; o incentivo à oferta de disciplinas em LEs na graduação; a possibilidade de proporcionar aos alunos experiências em LEs no campus; a valorização dos conhecimentos em LEs na seleção de professores em concursos; a

promoção à diversidade linguística por meio da oferta de cursos, oficinas e atendimento em diferentes línguas.

O inglês é mencionado 12 vezes, por exemplo, quando expõe a meta de oferecimento de disciplinas em inglês na graduação e na pós-graduação; a necessidade de proporcionar formação em LEs, principalmente em inglês; o desejo de focar, em um primeiro momento, no inglês e no português para estrangeiros como forma de atrair estudantes, professores e pesquisadores de outros países; a tradução dos conteúdos e das ementas das disciplinas para o inglês; a produção de documentos da universidade em inglês; o oferecimento de cursos de capacitação em inglês para docentes e técnico-administrativos; o incentivo ao uso do inglês em palestras e eventos internacionais realizados na UFSC. Outras LEs além da língua inglesa não são nomeadas.

O plano também menciona algumas vezes termos como multilingue e plurilingue. Afirma que um dos objetivos da internacionalização é criar e expandir um ambiente multilíngue em todos os campi; e que cabe à Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação apoiar atividades que proporcionem o plurilinguismo de servidores docentes; técnico-administrativos e discentes.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

O Plano Internacional de internacionalização da Universidade Federal de Santa Maria, com vigência de 2018 a 2021, menciona os termos LEs, idiomas ou línguas algumas vezes para fazer referência à promoção de cursos em LEs; ao fomento às disciplinas ministradas em LE; à meta de massificar a aprendizagem de idiomas entre os discentes, docentes e técnico-administrativos; ao uso de LEs nas atividades dos cursos de mestrado e doutorado.

Quanto ao inglês, que é indicado no documento como língua franca, há nove menções, por exemplo, quando cita a necessidade de estímulo a pontos como a produção e divulgação de currículos, concursos públicos, entre outras ações em inglês; a meta de ofertar parte das disciplinas de graduação e pós-graduação em inglês; a elaboração e atualização de página da instituição em inglês; a adoção do inglês como o idioma para a comunicação como uma das bases da internacionalização da instituição.

Além do inglês, outras LEs são nomeadas, por exemplo, ao se fazer referência às línguas presentes nos cursos do IsF, como o inglês, o italiano, o francês e o alemão; aos testes gratuitos de inglês e alemão; à expedição, por parte da Secretaria de Apoio Internacional, de quaisquer documentos em inglês, espanhol, italiano, francês e alemão; ao projeto de conversação em espanhol, no qual se reúnem estudantes hispanofalantes que se encontram em

mobilidade na UFSM; aos cursos de inglês e espanhol que prepara alunos e professores que pretendem ir para o exterior.

O documento ainda menciona os cursos regulares de português para estrangeiros, bem como os cursos específicos de preparação para o exame de proficiência na língua. Não são mencionadas palavras como multilinguismo ou plurilinguismo.

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

O Plano Estratégico de Internacionalização UFSCar: desenvolvendo conhecimento global e cultivando competências interculturais, de março de 2018, faz algumas referências às LEs de modo geral, por exemplo, quando coloca como desejo da instituição o incentivo ao oferecimento de disciplinas em LEs para a graduação; o aumento em 100% no número de disciplinas em outras línguas; a capacitação de equipe para aprimorar a fluência da comunidade em LEs.

O inglês é citado ao menos 17 vezes, por exemplo, quando se destaca que uma das fraquezas da instituição em relação à internacionalização é a oferta insuficiente de disciplinas em inglês. Também informa que foi lançado o primeiro edital para professor visitante em inglês e português; que há metas a curto prazo de ampliar as disciplinas em inglês nos PPGs e também para aumentar o número de servidores técnico-administrativos com domínio em inglês.

Outras LEs são mencionadas, embora poucas vezes, por exemplo, quando se afirma que no Instituto de Línguas há cursos de inglês e espanhol, LIBRAS, Português para estrangeiros e outras LEs; quando informa que há exames de proficiência em espanhol, francês e inglês; que são realizados trabalhos de tradução em português/inglês e português/espanhol; e que em 2017 o IsF havia começado a atender demandas relacionadas ao espanhol. O português para estrangeiros é mencionado algumas vezes. Não há referências ao multilinguismo ou plurilinguismo.

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

A Resolução nº 022, de 11 de junho de 2018, que institui a política de internacionalização da UFSJ da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ não faz qualquer citação às LEs de modo geral ou específico. Apesar disso, afirma que uma das cinco dimensões de seu processo de internacionalização será a linguístico-cultural e que um de seus objetivos é apoiar e promover a cultura brasileira e a língua portuguesa como língua adicional

e de acolhimento.

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

A Política de Internacionalização da UFTM destaca entre os seus princípios a interculturalidade e o multilinguismo. O documento não nomeia qualquer LE em específico. No entanto, em ao menos seis ocasiões está presente a expressão LEs, por exemplo, quando faz referência à oferta de cursos de LEs; à formação em LEs de estudantes com vistas à internacionalização; ao auxílio dos docentes para oferta de disciplinas em LEs; à oferta de testes de proficiência em LEs. O termo português como língua adicional foi citado três vezes associado a cursos de capacitação.

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

A Resolução SEI nº 02/2018, do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação, que dispõe sobre o Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal de Uberlândia (PINT-UFU), menciona o termo LEs, assim como línguas e outras línguas, algumas vezes, por exemplo, quando se expõe a possibilidade de oferta de cursos e disciplinas em LE, além da redação e defesa de dissertações e teses em outras línguas. O inglês, o espanhol e o francês aparecem duas vezes, quando se declara o desejo de uma política linguística multilingue, com foco no espanhol, francês, inglês e português para estrangeiros; e quando se coloca a meta de tradução das páginas dos cursos de pós-graduação para espanhol, francês e inglês. Como pode-se notar, o termo português para estrangeiros, bem como multilingue estão presentes no documento.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Na Política de Internacionalização da UTFPR, de 2018, a expressão LEs aparece em alguns trechos, por exemplo, quando indica como necessário o estímulo ao aprendizado de LEs; e o monitoramento do nível de proficiência em LEs dos servidores. O inglês é lembrado duas vezes, quando o documento trata das estratégias para atrair estudantes estrangeiros por meio da disponibilização de conteúdos nas páginas web da universidade em inglês; e da oferta de disciplinas em inglês em cursos de graduação e pós-graduação. Outras LEs além do inglês não são nomeadas. Não há menção ao português para estrangeiros nem a termos como

multilinguismo ou plurilinguismo.

ANÁLISE

Planos de internacionalização e as regiões brasileiras

O primeiro ponto que cabe mencionar é a diferença entre as distintas regiões brasileiras no que se refere ao número de universidades federais que têm planos de internacionalização. Considerando em ordem crescente as porcentagens apresentadas na tabela 2 acerca das universidades que elaboraram o referido documento, tem-se: Norte = 0%, Centro-Oeste = 28,5%, Nordeste = 47,3%, Sudeste = 77,7%, Sul = 90%. Isso pode ser um indicador da disparidade no andamento dos processos de internacionalização das universidades nas diversas regiões do país na atualidade.

Talvez, o que mais chame a atenção sejam os dois extremos, o Norte e o Sul, duas regiões com um número parecido de universidades federais, respectivamente nove e dez, e que fazem fronteira, apesar das especificidades de contatos, trocas e fluxos de pessoas, com outros países, sobretudo hispano-falantes, isto é: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa ao Norte; Argentina, Paraguai e Uruguai ao Sul. Outra comparação pode ser realizada entre as regiões Nordeste e Sudeste, uma vez que em ambas há um número de universidades federais similar, respectivamente 19 e 18, além do fato de serem as duas regiões brasileiras que não fazem fronteira com outros países. No entanto, enquanto o Nordeste apresenta o número de 47,3% de universidades com planos de internacionalização, o Sudeste tem 77,7%. Quanto ao Centro-Oeste, apesar de ser a região com o menor número de universidades, apenas sete, ainda está à frente do Norte quanto à porcentagem dessas instituições com planos de internacionalização: 28,5%.

Essas diferenças regionais podem ter relação com vários fatores. Um deles, certamente, é o poder econômico de cada região. Só para citar dois exemplos, no ano de 2019¹⁷, o Sul, com seus três estados somou um PIB de R\$ 1.272,105, enquanto que o Norte, com seus sete estados, R\$ 420,424. Outro fator a ser considerado é a distribuição da população em território brasileiro, uma vez que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de

¹⁷ <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso 25/05/2022.

Domicílios (PNAD) as regiões Sul e Sudeste correspondem juntas a 56,2%¹⁸ da população brasileira, apesar de corresponderem a pouco mais de 17% do território nacional. Essas duas regiões também são aquelas onde estão localizadas as cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Foz do Iguaçu) que mais recebem turistas estrangeiros no país, de acordo com números divulgados pelo Ministério do Turismo em 2016¹⁹. Para além disso, poderia ser mencionado aqui outros fatores nos quais as mencionadas regiões se destacam e que podem ter reflexos nos números da internacionalização, como a urbanização, a concentração de empresas, as indústrias, o aparato cultural, etc.

Tabela 2: Porcentagem de universidades federais com planos de internacionalização por regiões brasileiras.

Região	Nº de universidades federais	Nº de planos de internacionalização	Porcentagem de universidades federais com planos de internacionalização por região
Centro-Oeste	7	2	28,5%
Nordeste	19	9	47,3
Norte	9	0	0%
Sudeste	18	14	77,7%
Sul	10	9	90%

Fonte: dados da pesquisa

Português como língua estrangeira

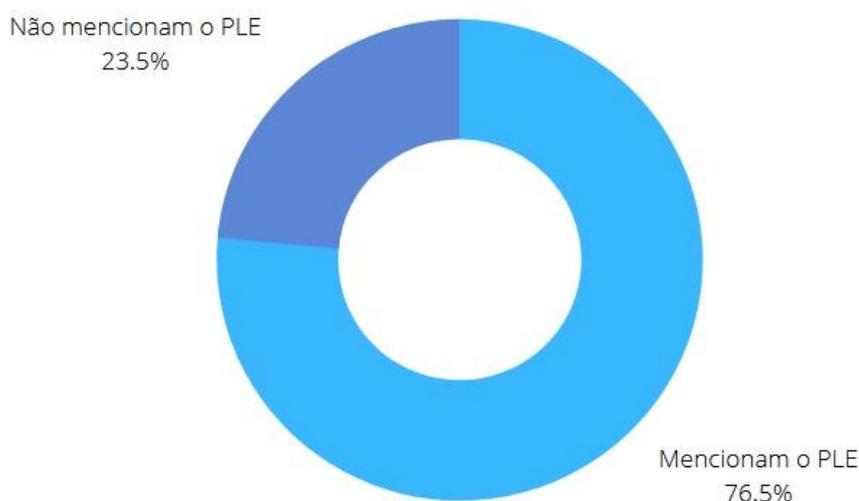
Outro ponto analisado aqui é se os planos mencionam ao menos uma vez termos como português para estrangeiros, português como LE ou português como língua adicional. Dos 34 documentos, 26 (76,5%) apresentaram algum desses termos e oito (23,5%) não. Cabe esclarecer que algumas dessas oito, embora não tenham feito referências diretas aos termos, ao menos duas instituições, em maior ou menor grau, apontam implicitamente para o português para estrangeiros, por exemplo, a UNILA menciona algumas vezes o caráter bilíngue da instituição, português-espanhol; e a UFABC afirma a necessidade de capacitar os

¹⁸ “[...] a Região Sudeste foi aquela em que residia a maior parte dos brasileiros (41,9%), seguida por Nordeste (27,6%), Sul (14,3%), Norte (8,6%) e Centro-Oeste (7,6%)” (IBGE, 2016, p. 11). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acessado em: 25/05/2022.

¹⁹ <http://antigo.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6515-mais-de-95-dos-turistas-estrangeiros-que-vieram-ao-pa%C3%ADs-pretendem-voltar.html>. Acessado em: 25/05/2022.

estrangeiros em português. Cabe ainda mencionar que dessas oito universidades, quatro se encontram no Sul do país, a saber, UFTPR, UNILA, FURG, UFRGS, fato que não condiz com a realidade da região de fronteira, posto que podem ter alunos oriundos dos países vizinhos.

Gráfico 1: Número de planos de internacionalização que mencionam o PLE



Fonte: dados da pesquisa.

O expressivo percentual de planos que mencionam o PLE indica a relevância da área no processo de internacionalização, sobretudo da chamada internacionalização em casa, das universidades federais, já que, como aponta Finardi e Guimarães (2022) ao se ofertar cursos PLE pode haver a promoção da integração de dimensões internacionais e interculturais nos contextos das IES. Ainda de acordo com os autores, além dos estudantes estrangeiros, são considerados como público dos cursos de PLE os imigrantes e os refugiados que chegam ao Brasil, como os venezuelanos no Norte do país. “Considerando o importante papel que a educação (em geral) e as instituições de ensino superior (em particular) têm no acolhimento e integração dessas populações de migrantes forçados, há que se considerar políticas de promoção de cursos de PLE para essas populações” (FINARDI e GUIMARÃES, 2022, p. 4).

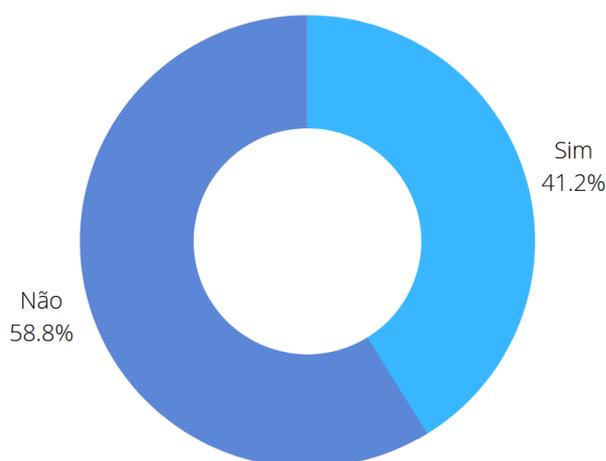
Por fim, é importante lembrar que o português para estrangeiros já estava presente dentre os cursos de capacitação oferecidos pelo programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) em línguas o inglês, espanhol, francês, alemão, italiano e japonês, o que demonstra preocupação com os alunos que se encontravam em mobilidade no país.

O termo multilinguismo

Termos como multilinguismo, multilingue, plurilinguismo ou plurilingue foram citados em apenas 41,2% dos planos analisados²⁰. As porcentagens corroboram a ideia apontada por Guimarães (2020) de que o multilinguismo está fragilizado no processo de internacionalização, sobretudo, por conta de escolhas que “favorecem o inglês como o principal idioma para internacionalização, em detrimento de outras línguas” (p. 229).

Oliveira (2020) também aponta que há uma tendência pelo incremento do monolingüismo em inglês na ciência, sobretudo na publicação de artigos de revistas científicas indexadas em certas bases. Por outro lado, o autor indica uma tendência aparentemente contraditória, que é o crescimento do multilinguismo na internet, bem como nos países por meio dos estudantes em mobilidade acadêmica, dos turistas, dos refugiados, dos emigrantes econômicos, etc.

Gráfico 2: Número de planos que mencionaram termos como multilinguismo, multilingue, plurilinguismo ou plurilingue.



Fonte: dados da pesquisa.

²⁰ Cabe esclarecer que nesta pesquisa se considerou apenas se o documento mencionava um dos quatro termos já citados, não importando se uma única vez ou muitas vezes ou em que contexto.

Apesar do cenário apontado pelos autores supracitados, De Wit (apud Guimarães; Finoti; Casotti, 2019), sobre a relevância das línguas na internacionalização, enfatiza, entre outros pontos, a necessidade de “se entender que uma política para a promoção do multilinguismo é também parte de ações de internacionalização”²¹ (p. 318). Desse modo, é necessário que haja políticas que promovam ambientes multilíngues nos processos de internacionalização das universidades, e não que favoreçam uma única língua estrangeira, como é o caso de alguns dos documentos analisados aqui.

Hamel (2013), ao tratar do tema das línguas nas ciências e na educação superior, espaços estratégicos onde se pode observar os problemas do uso do inglês como única língua hipercentral, defende que a redução do domínio científico a uma só língua, poderia afetar desenvolvimento da ciência, uma vez que haveria perdas relativas a sua riqueza, originalidade e desenvolvimento. O autor chama a atenção para o lugar que o inglês vem ocupando, ao se apoderar dos PPGs na Europa, bem como para o início de uma tendência que aponta na mesma direção na América Latina, sobretudo na área de ciências naturais. Desse modo, ele sustenta no contexto latino-americano um modelo plurilingüe para o desenvolvimento da ciência e da educação superior na região.

Páginas web em LE

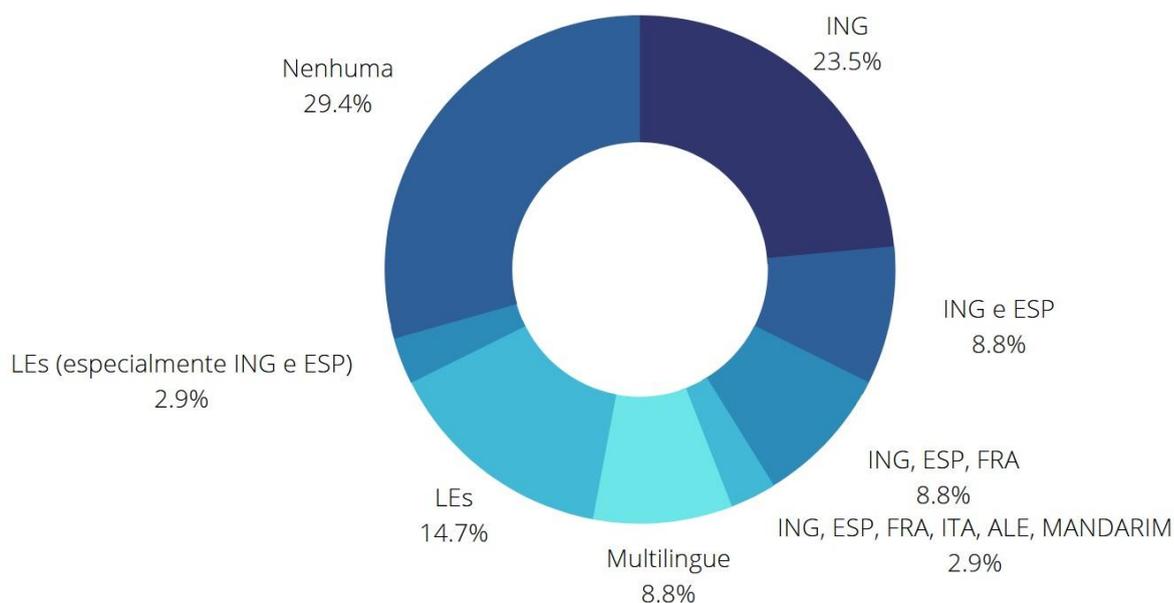
As páginas web hoje em dia são, muitas vezes, o primeiro lugar que os interessados em uma universidade visitam para buscar informações sobre ela. Considerando o contexto da internacionalização, no qual um estudante estrangeiro procura esclarecer dúvidas, saber sobre convênios, disciplinas, processos, editais, etc, é necessário que os sites estejam disponíveis em línguas para além do português.

Quando se observam as referências nos planos à presença das LEs nas páginas web das universidades, chama atenção em um primeiro momento o fato de 29,4%, um número considerável, dos documentos não mencionarem esse ponto. A segunda maior porcentagem do gráfico, 23,5%, indica os planos que mencionaram a necessidade ou importância de páginas em inglês, além do português. Para além disso, cabe mencionar que em todos os planos que mencionaram outras LEs o inglês aparecia junto, muitas vezes em lugar de protagonismo sutil, quando se considera o inglês como primeira língua em uma lista em uma

²¹ No original: [...] to understand that a policy to promote multilingualism is also part of internationalization actions.

espécie de grau de importância decrescente, por exemplo, inglês, espanhol, francês, etc.

Gráfico 3: Presença de LEs nas páginas web das universidades



Fonte: dados da pesquisa.

Cabe mencionar que apenas um plano, o da UFG mencionou um idioma não europeu, o mandarim, junto ao inglês, francês, espanhol, italiano e alemão. Apesar dessa diversidade de línguas nas páginas institucionais por meio de plug-ins de tradução, o plano deixou claro que há uma versão do portal especificamente em inglês²², o que mais uma vez demonstra o lugar especial ocupado por essa LE.

Além do inglês, o espanhol também se destaca, embora de modo mais tímido e sempre acompanhado de outra(s) LE(s). Por exemplo, 8,8% dos planos mencionam a necessidade de páginas em inglês e espanhol; 8,8% em inglês, espanhol e francês; 2,9% em inglês, francês, espanhol, italiano, alemão e mandarim; 2,9% em LE(s) especialmente inglês e espanhol. A soma dessas porcentagens corresponde a 23,4% dos planos que nomeiam o espanhol entre as LEs presentes em portais institucionais.

Por fim, cabe frisar que muitos planos explicitam o papel das páginas em LEs como uma forma de atrair estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros. Por exemplo, o

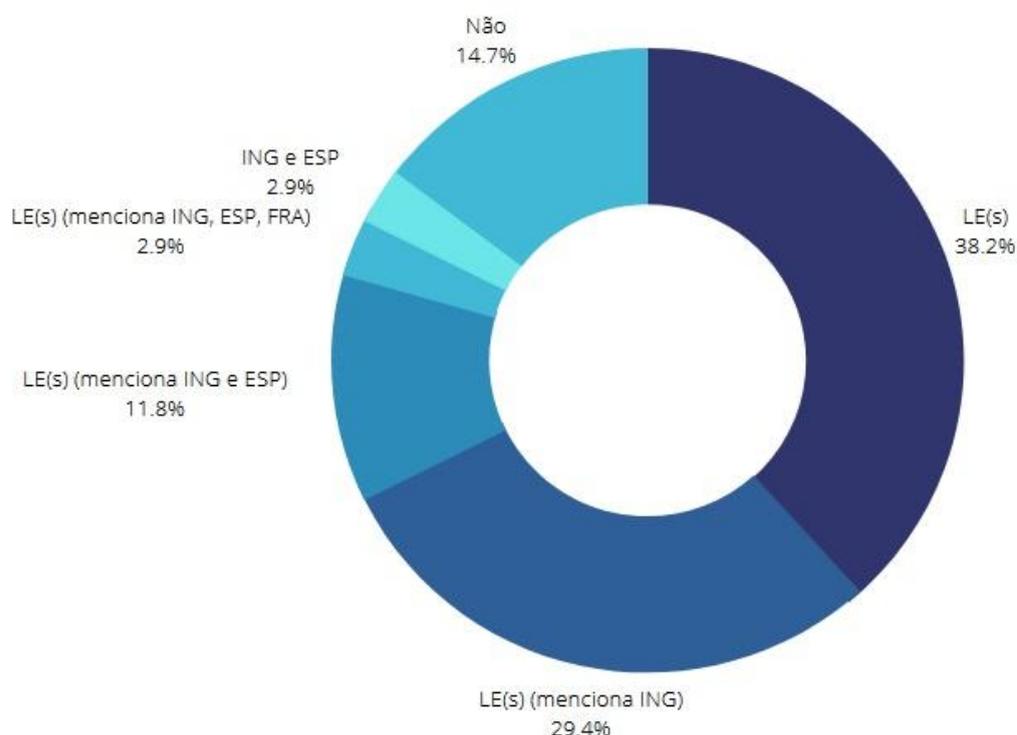
²² <https://international.ufg.br/>. Acesso: 25/05/2022.

plano de internacionalização da UFSC indica a necessidade de “desenvolver e manter website e folders em inglês para auxiliar na atração de parceiros internacionais” (UFSC, p. 17). O da UFPel, com o objetivo de aumentar a sua visibilidade internacional propõe que “todos os cursos e programas de graduação e pós-graduação possuam websites informativos e atualizados em idiomas estrangeiros, com destaque para os idiomas inglês e espanhol” (UFPel, p. 14).

Disciplinas em LE

O oferecimento de disciplinas em LEs é um importante elemento para a abertura internacional das universidades, uma vez que muitos estudantes estrangeiros interessados cursar parte de seus estudos no Brasil não falam português. Deste modo, disciplinas em inglês, francês, espanhol, mandarim, etc, podem funcionar como uma forma de atrativo para que esses estudantes.

Gráfico 4: Presença de LEs nas disciplinas da graduação ou pós-graduação



Fonte: dados da pesquisa.

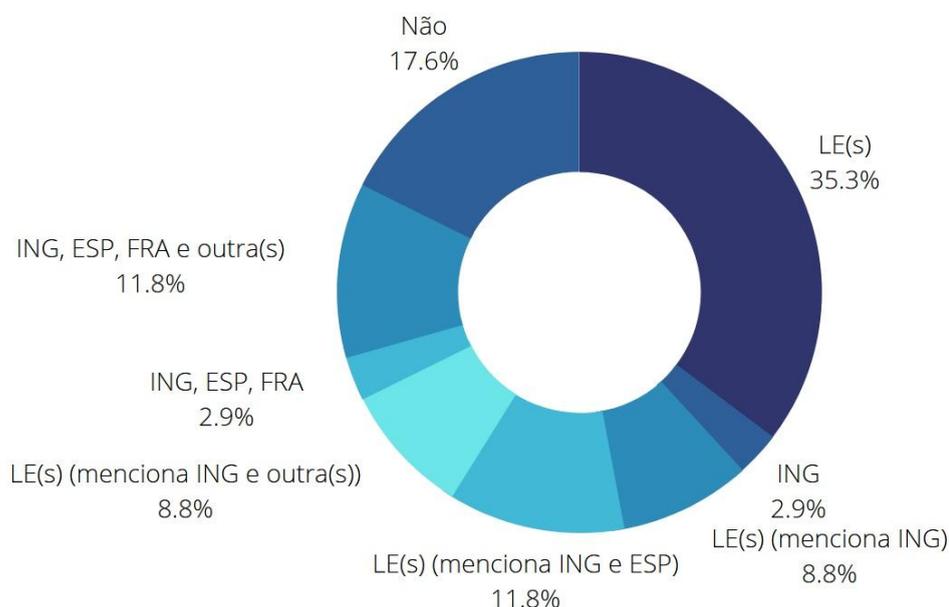
De acordo com o gráfico 4, 38,2% dos planos mencionam a oferta ou a meta de ofertar disciplinas em LE(s) sem mencionar uma língua em específico; 29,4% tratam de

disciplinas em LE(s) de modo genérico, mas em algum momento mencionaram disciplinas em inglês; 11,8% se referem às LE(s) de maneira geral e ao inglês e ao espanhol de modo concreto; 2,9% fazem o mesmo, mas ampliam as línguas para inglês, espanhol e francês; 2,9 citam apenas disciplinas em inglês e espanhol; 14,7% não fazem referência a esse ponto. De certo modo, observa-se que existe uma tendência a oferecer disciplinas não somente em inglês, visto que 82,38% dos documentos utilizam o termo LE(s), embora muitas vezes especifiquem algumas línguas, entre as quais sempre está o inglês.

Cursos de capacitação linguística

Como já mencionado neste trabalho, a falta de competência em LEs por parte dos alunos, professores e servidores técnico-administrativos é um importante entrave ao processo de internacionalização das universidades brasileiras. Tendo isso em vista, é importante destacar nos planos analisados aqui se são realizadas menções a ações de capacitação em LEs e quais línguas estão envolvidas nesse processo.

Gráfico 5: Cursos de capacitação em LEs



Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com o gráfico 5, 17,6% dos planos não mencionam ações de capacitação em LEs, como cursos, para a comunidade acadêmica; enquanto que 82,4% o fazem. 35,3% dos documentos citam LEs de modo geral; 8,8% fazem referência às LEs, mas ao inglês em específico; 11,8% às LEs e ao inglês e espanhol; 8,8% ao inglês e outras, como o francês, italiano e alemão no caso da UFSM, francês, chinês e russo, na UFF, mandarim na UFG; 11,8% ao inglês, espanhol, francês e outras, como árabe, coreano, esperanto, grego, hebraico, italiano, japonês, mandarim e turco, no UnB, o alemão, coreano, italiano, latim e grego, na UFJF, e o italiano na UFPE e na UFABC. Cabe ainda chamar atenção para os 2,9% que mencionaram apenas ações em inglês e outros 2,9% que o fizeram em inglês, espanhol e francês.

Um ponto importante aqui é a presença, embora em poucos documentos, de línguas não européias, como o mandarim, apesar do protagonismo que a China assume no mundo atualmente, bem como as previsões do lugar que ocupará nos próximos anos como primeira economia mundial²³. Isso pode ser o indício de uma internacionalização que olha para a Europa e para os EUA como referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já se mencionou aqui, a internacionalização do ensino superior está no centro dos interesses das universidades ao redor do planeta. No Brasil, os planos de internacionalização publicados por 34 das 63 universidades federais nos últimos anos, especialmente a partir de 2018, atestam a importância e a atualidade do tema no país. Contudo, pode-se afirmar que a internacionalização das nossas universidades, marcada por uma internacionalização passiva em relação ao Norte global e que se desenvolve sob a sombra de *imperialismo benevolente*, não é um processo distribuído igualmente pelas diferentes regiões do país, posto que aparentemente as regiões Sul e Sudeste, ao menos no que diz respeito à elaboração de planos de internacionalização, estão mais imersas no processo de abertura internacional do que o Norte e Nordeste.

O contexto de internacionalização no qual as IES estão envolvidas, com o lançamento de programas como o CAPES PrInt governo federal, com a produção e publicação de planos de internacionalização pelas universidades nos quais se estabelecem metas, prazos e

²³<https://www.cnnbrasil.com.br/business/china-deve-superar-os-eua-como-maior-economia-do-mundo-em-2027-diz-jp-morgan/>. Acesso: 25/05/2022.

estratégias para uma integração mais profunda com as IES estrangeiras configura a “mudança social” à qual se refere Cooper (1997) em sua obra já apresentada aqui na seção dedicada ao referencial teórico.

Esperava-se que nos documentos analisados as LEs fossem tratadas como um dos pontos centrais, ao se considerar a importância das línguas no processo de internacionalização das universidades, uma vez que não se faz internacionalização sem comunicação com as instituições, os discentes, os docentes e os pesquisadores estrangeiros. Levando em conta especificamente o contexto brasileiro, há dois pontos aos quais se deve atentar no que diz respeito a aspectos linguísticos: o primeiro é o fato de que a maior parte dos estudantes brasileiros chega à universidade sem dominar uma segunda língua, o que também funciona como um entrave à internacionalização, pois ao serem monolíngues, não podem ler ou escrever em uma LE e também encontram limitadas suas possibilidades de mobilidade internacional ao estarem restringidos a países lusófonos, ou mesmo a hispanófonos; o segundo é o lugar do português no mundo, que apesar de ser uma das línguas mais faladas e uma das que gravitam em volta do inglês no já mencionado modelo gravitacional de Calvet (1999), não é na maioria das vezes a primeira opção de LE que se busca aprender no exterior, fato que pode pesar contra a internacionalização brasileira em casa, considerando que as nossas IES são majoritariamente monolíngues.

Dos 34 planos considerados, como já se apontou aqui, a maioria mencionou o PLE, o que demonstra uma preocupação com a internacionalização em casa; quanto à utilização de termos como multilinguismo, multilíngue, plurilinguismo ou plurilíngue, menor da metade, mais precisamente 41,2% dos documentos o que pode indicar a pouca força que a ideia de coexistência de muitas línguas estrangeiras no processo de internacionalização das nossas universidades; acerca das traduções das páginas web das instituições para alguma LE, 29,4% dos planos não mencionam o tema, enquanto que 23,5% citam apenas o inglês, língua que sempre está presente quando se nomeia uma ou mais LEs que devem estar presentes dos portais, o que indica que o inglês é entendido como língua fundamental para a informação do público-alvo oriundo de outros países; sobre as disciplinas ministradas em LE, 38,2% das universidades utilizam o termo LEs, e as que nomeiam línguas lembram, em número decrescente, apenas do inglês (47% dos documentos), do espanhol (17,6%) e do francês (2,9%) o que mais uma vez corrobora com a ideia de que, quando os planos nomeiam a LE, o inglês é a que detém maior destaque; quanto aos cursos de capacitação em LE, 35,3% mencionam termos genéricos como LE ou idiomas, mas quando se especificam as línguas, o inglês (com 44,1%) mais uma vez se coloca em posição dianteira, o espanhol (26,5%) e o

francês (14,7%), mas também aqui cabe mencionar que em menor grau há a presença de outras LEs, a saber, alemão, italiano, russo, mandarim, coreano, latim, grego, árabe, esperanto, hebraico, japonês e turco.

Todos os números apresentados no parágrafo acima confirmam de certo modo a hipótese presente na introdução deste trabalho, ou seja, que o inglês ocuparia um lugar destacado nos planos de internacionalização, com o espanhol e o francês em uma posição secundária, e a quase invisibilidade de outras línguas, como o italiano, o alemão ou o mandarim. Vale a pena aqui pontuar que os termos gerais, como LE, línguas ou idiomas, sem nomear línguas específicas é que de fato parecem ter mais destaque, no entanto, quando se nomeiam línguas, o inglês é de longe o mais presente. Cabe ainda mencionar o fato de que muitas vezes o termo LE no singular, embora pareça genérico, poderia ser uma indicação nos documentos da língua inglesa de modo implícito, mas esse seria discussão para outro trabalho.

No que diz respeito ao objetivo geral deste trabalho, que era justamente a verificação do lugar que as LEs ocupam nos planos de internacionalização das universidades federais, foi alcançado por meio da confirmação da hipótese exposta no parágrafo anterior. Os objetivos específicos igualmente abarcados pela análise dos documentos, já que foram identificadas as LEs que aparecem nos textos; foi verificado se elas são nomeadas ou se aparecem de modo genérico; foram indicadas quais LEs são especificadas e como elas se relacionam entre si.

O processo de internacionalização das universidades brasileiras, por tudo que foi exposto aqui, deve ser pensado de modo crítico e considerando a posição geográfica e cultural do Brasil no contexto de integração, entre outros elementos por meio da língua, com os demais países latino-americanos. Deste modo, o espanhol, que ocupa um lugar secundário em relação ao inglês, mas ainda de destaque em relação a outras LEs, poderia ganhar mais espaço. Arnoux (2016) afirma que há uma tendência que valoriza o inglês como língua que ocupa um lugar hegemônico na ciência e que a produção científica em português e em espanhol é uma luta contra a submissão dos cientistas da América Latina, bem como um elemento que contribui para o desenvolvimento de certo grau de autonomia (p.305).

O mandarim, que cresce no mundo, tem uma presença muito tímida nos documentos analisados, embora o Instituto Confúcio, e por consequência a língua oficial da China, apareça em pelo menos dois dos 34 planos. A importância do país asiático no globo, somado ao fato de ele ser o grande parceiro comercial do país, certamente terá influências no processo de internacionalização das nossas universidades.

É importante esclarecer que neste trabalho a análise dos dados coletados diz respeito ao lugar que ocupam as LEs nos planos de internacionalização, ou seja, em documentos oficiais, o que pode não corresponder exatamente ao que acontece na prática, das universidades federais brasileiras. Por fim, é pertinente assinalar que embora se limite aos documentos, se espera que esta pesquisa contribua com as pesquisas acerca do lugar das LEs no processo de internacionalização das universidades brasileiras.

REFERENCIAS

ANDRADE, Camila Souza de. **Políticas linguísticas e internacionalização acadêmica: entre o status da língua inglesa e a promoção do plurilinguismo**. Niterói: UFF, 2018. 82 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/9947>>. Acesso em: 01 fev 2022.

ARNOUX, Elvira Narvaja. Minorización lingüística y diversidad em torno al español y al portugués como lenguas científicas. In: Rinesi, E. (ed.). **Hombres de una América Libre**. Univesidad, inclusion social e integración cultural em Latinoamérica. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

BRITO, Renato de Oliveira; CAMPOS, Alessandra Freire M. de; MERCADO, Luís Paulo L. Experiências de internacionalização desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL. In: **Internacionalização da educação básica e superior: desafios, perspectivas, experiências**. Renato de Oliveira Brito (organizador) - Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade ; Universidade Católica de Brasília, 2020.

CALVET, Louis-Jean. **Pour une écologie des langues du monde**. Plon, 1999.

CARVALHO, Sabrina Borges Ramos; ARAÚJO, Geraldino Carneiro. Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior. **Avaliação** (Campinas) 25 (01) • Jan-Apr 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/OrmFmDCs45s3s75TsMLCR3q/?lang=pt>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

CELADA, María Teresa. As razões da(s) língua(s). Na produção de conhecimento e na educação superior. **Caracol** (São Paulo), núm. 16, pp. 190-215, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5837/583766820009/html>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: UNESP, 1996.

CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi; FRANÇA, Marco Tullio Aniceto. O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS CONTRIBUI NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES? UMA ANÁLISE A PARTIR DO ENADE 2013. In: 44º Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2016, Foz do Iguaçu. **Anais do 44º Encontro Nacional de Economia - ANPEC**, 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2016/submissao/files_I/i8-4516bb10aaab9f0424ac3a3263444105.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

COOPER, Robert. **La Planificación lingüística y el cambio social**. Traducción española. Madrid: Cambridge University Press, 1997.

DE WIT, Hans. The future of the internationalization of higher education in challenging global contexts. **ETD - Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 538-545, jul. 2020. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922020000300538&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 05 jun. 2022.

EL KADRI, Michele. Salles; FINARDI, Kyria Rebeca., & TAQUINI, Reninni. (2021). O inglês como meio de instrução nas representações de alunos de um programa de pós-graduação em ciências biológicas. **Horizontes**, 39(1), e021008. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1097>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FINARDI, Kyria Rebeca; GUIMARÃES, Felipe Furtado. Internacionalização, *rankings* e publicações em inglês: a situação do Brasil na atualidade. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 28, n. 68, p. 600-626, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/download/4564/3393/21618>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. Internacionalização e português como língua estrangeira (PLE): levantamento e discussão. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022003, 2021. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8663449. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663449>. Acesso em: 7 jun. 2022.

_____. A relação entre línguas estrangeiras e o processo de internacionalização: evidências da Coordenação de Letramento Internacional de uma Universidade Federal. **Interfaces Brasil/Canadá**. Canoas, v. 16, n. 1, 2016, p. 233-255. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7514>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FURG - Universidade Federal do Rio Grande. **Deliberação nº 022/208, de abril de 2018, dispõe sobre o Plano de Internacionalização da FURG**. Rio Grande, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://prosp.furg.br/pt/plano-de-internacionalizacao/plano-de-internacionalizacao>. Acesso em: 05 jun. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. Neoliberalismo e Internacionalização na Educação Superior: oportunidades e desafios para o encontro com o outro. In: **Internacionalização da educação básica e superior: desafios, perspectivas, experiências**. Renato de Oliveira Brito (organizador) - Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade ; Universidade Católica de Brasília, 2020.

GUIMARÃES, Felipe Furtado. **Internacionalização e Multilinguismo: uma proposta de política linguística para universidades federais**, 2020, 266 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (es), 2020. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_14427_5.%20Texto%20Tese%20Felipe%20%28final%29_FFG.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

GUIMARAES, Felipe Furtado; FINARDI, Kyria Rebeca; CASOTTI, Janayna Bertollo Cozer. Internationalization and Language Policies in Brazil: What is the Relationship?. **Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte , v. 19, n. 2, p. 295-327, junho de 2019 . Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982019000200295&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2022.

HAMEL, Raine Enrique. El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del inglés y el plurilingüismo: Elementos para una política del lenguaje en América Latina. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(52.2): 321-384, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/bqZHmrgdLJwZSmn7QChQSxK/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 02 jun. 2022.

HORNBERGER, Nancy H. Frameworks and Models in Language Policy and Planning. In: RICENTO, Thomas (editor). **An Introduction to Language Policy: Theory and Method**. Blackwell Publishing Ltd, 2006.

JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony; TURNER, Lisa. Toward a Definition of Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**, Volume 1 Number 2, April 2007. 112-133 <https://doi.org/10.1177/1558689806298224>. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/R-Johnson-10/publication/235413072_Toward_a_Definition_of_Mixed_Methods_Research_Journal_of_Mixed_Methods_Research_1_112-133/links/55d0cd5308ae6a881385e669/Toward-a-Definition-of-Mixed-Methods-Research-Journal-of-Mixed-Methods-Research-1-112-133.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 02 jun. 2022.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da Educação Superior: conceitos, tendências e desafios**. OI OS Editora, São Leopoldo, 2020.

LAGARES, Xoán Carlos. O espaço político da língua espanhola no mundo. **Trab. ling. aplic.**, campinas, n(52.2): 385-408, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/LXsHGJzsgfSywqmrX4FzrMj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2022.

LEITE, Denise; HERZ GENRO, Maria Elly. Avaliação e internacionalização da educação superior: Quo vadis América Latina?. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 17, n. 03, p. 763-785, Nov. 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2022.

LIMA, Licínio C., AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. 2008, v. 13, n. 1 [Acessado 5 Junho 2022], pp. 7-36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000100002>. Acesso em: 02 jun. 2022.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O Sistema de Educação Superior Mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/5VJDvJnkgDn9nmwWCCvKbj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MORAES FILHO, W. B. **Palestra: Panorama de Internacionalização nas universidades e importância dos idiomas**. UFES International, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=emh7MgqJi4Y>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MORGADO, J. C. O processo de Bolonha e Ensino Superior num mundo globalizado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.30, n.106, p.37-62, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nJsbQQzKtvQyZzrbBVnySwj/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2022.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Pós-monolinguismo e internacionalização**. Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-2DGQ1WxdZg&t=1710s> Acesso em: 06 jun. 2022.

ODEH, L. E. A comparative analysis of Global North and Global South economies. **Journal of Sustainable Development in Africa**. Volume 12, No.3, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lemuel-Odeh/publication/265425871_A_comparative_analysis_of_global_north_and_global_south_economies/links/6241b3b48068956f3c54c8eb/A-comparative-analysis-of-global-north-and-global-south-economies.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 05 jun. 2022.

PAIVA, F. M.; BRITO, S. H. A. O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 02, p. 493-512, jul. 2019. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/3725/3326>. Acesso em 05 jun. 2022.

PEREIRA, Fernanda Mota. Internacionalização e formação linguística na UFBA: um relato sobre desafios e estratégias. *Forum lingüistic.*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 5631 - 5641, jan. / mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/72577/45887/293498>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PROLO, Ivor; VIEIRA, Rosilene Carla; LIMA, Manolita Correia, & LEAL, Fernanda Geremias (2019). Internacionalização das Universidades Brasileiras - Contribuições do Programa Ciência sem Fronteiras. **Administração: Ensino E Pesquisa**, 20(2), 319-361. <https://doi.org/10.13058/raep.2019.v20n2.1330>. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/1330>. Acesso em: 02 jun. 2022.

RIBEIRO DA SILVA, Elias. A Pesquisa em Política Linguística - Histórico, Desenvolvimento e Pressupostos Epistemológicos. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(52.2): 289-320, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/dT93Vp7MjTx9YgxPzqCrP4N/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; PONTE, Andrea Silva; SOUSA-BERNINI, Emny Nicole B de. A área de Política e planejamento linguístico no cenário internacional. In: _____ . (org.). **Fotografias da Política linguística na pós-graduação do Brasil**. Editora UFPB, João Pessoa, 2019. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/136/54/542-1>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SOUSA, S.C.T.; ROCA, M. del P. Introdução para uma compreensão ampliada de Política Linguística. In: _____. **Políticas Linguísticas: declaradas, praticadas e percebidas**. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 07-32.

STALLIVIERI, Luciane. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior**. Educação Brasileira, Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Luciane-Stallivieri/publication/268012740_O_PROC_ESSO_DE_INTERNACIONALIZACAO_NAS_INSTITUICOES_DE_ENSINO_SUPERIOR/links/5469fa300cf20dedafd37c51/O-PROCESSO-DE-INTERNACIONALIZACAO-NAS-INSTITUICOES-DE-ENSINO-SUPERIOR.pdf?origin=publication_detail>. Acesso em: 01 fev. 2022.

TORQUATO, Cloris Porto. Políticas Linguísticas, linguagem e interação social. **Revista Escrita**. Ano 2010 Número 11 ISSN 1679-6888. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16370/16370.PDF>. Acessado em: 02 jun. 2022.

UFABC - Universidade Federal do ABC. Plano Institucional de Internacionalização da UFABC. Santo André, São Paulo, 2018. Disponível em: https://ri.ufabc.edu.br/images/conteudo/consuni_ato_decisorio_162_anexo_-_plano.pdf. Acesso 05 jun. 2022.

UFAL - Universidade Federal de Alagoas. **Resolução n.16/2018**. Aprova o Plano Institucional de Internacionalização no âmbito da UFAL. Maceió, Alagoas, 2018. Disponível em: <https://iqb.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/pos-graduacao-em-quimica-e-biotecnologia/selecao/doutorado-sanduiche/pdse-2019/plano-institucional-de-internacionalizacao-da-ufal-2018-2020>. Acesso em 5 jun. 2022.

UFBA - Universidade Federal da Bahia. **Plano de Internacionalização da Universidade Federal da Bahia**. Salvador, Bahia, 2018. Disponível em: http://www.propg.ufba.br/sites/propg.ufba.br/files/plano_de_internacionalizacao.pdf. Acesso em 05 jun. 2022.

UFC - Universidade Federal do Ceará. **Plano de Internacionalização da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, Ceará, 2017. Disponível em: https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/plano-internacionalizacao-ufc/plano-internacionalizacao-ufc.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFCA - Universidade Federal do Cariri. **Resolução n.89/CONSUNI**. Dispõe sobre a Política de Internacionalização da Universidade Federal do Cariri (UFCA), 2019. Disponível em: https://pdi.ufca.edu.br/projetos/attachments/download/517/Resolucao_n_89_2019_CONSUNI%20-%20Politica%20de%20Internacionalizacao. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. **Plano de Internacionalização da Universidade Federal do Espírito Santo**. Vitória, Espírito Santo, 2018. Disponível em: https://internacional.ufes.br/sites/internacional.ufes.br/files/field/anexo/plano_internacionalizacao_ufes_0.pdf. Acesso em 05 jun. 2022.

UFF - Universidade Federal Fluminense. **O Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal Fluminense (UFF), de 2018**. Niterói, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://international.uff.br/wp-content/uploads/sites/15/2021/06/Plano-Internacionalizac%CC%A7a%CC%83o-PT.pdf>. Acesso em 05 jun. 2022.

UFG - Universidade Federal de Goiás. **Plano Estratégico de Internacionalização da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia, Goiás, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/711/o/Plano_Estrate%CC%81gico_de_Internacionalizac%CC%A7a%CC%83o_da_UFG_-_Versa%CC%83o_Final.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. **Plano Institucional de Internacionalização**. Juiz de Fora, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice//files/2018/02/Plano-Inst-UFJF-Homologado.pdf>. Acesso em 05 jun. 2022.

UFLA - Universidade Federal de Lavras. **Projeto de Internacionalização da Universidade Federal de Lavras**. Lavras, Minas Gerais, 2012. Disponível em: http://print.ufla.br/images/arquivos/PROJETO_Internacionalizao_UFLA.pdf. Acesso em 05 jun. 2022.

UFMA - Universidade Federal do Maranhão. **Resolução n.341-CONSUN**. Dispõe sobre a criação e implantação da Política de Internacionalização da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, 2021. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/fYeJemeJcZxVEVY.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. **Plano Estratégico de Internacionalização da UFMG**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://www.ufmg.br/prpg/capes-print/wp-content/uploads/2019/06/Plano-Estrate%CC%81gico-Internacionalizac%CC%A7a%CC%83o-Revisado-030418_SODS.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. **Plano de Internacionalização da Universidade Federal de Ouro Preto**. Ouro Preto, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://dri.ufop.br/images/PDFs/Plano%20de%20Internacionalizacao%202018.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFPB - Universidade Federal da Paraíba. Resolução nº 06/2018. João Pessoa, Paraíba, 2018. Disponível em: <https://www.ufpb.br/acieng/contents/documentos/resolucoes/resolucao-consuni-06-2018.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. **Plano de Internacionalização UFPE, 2017-2027**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40788/506683/PLI+UFPE+vers%C3%A3o+port+Final+0405.pdf/e4fe9157-930b-4098-89c0-78cf23a48546>. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFPel - Universidade Federal de Pelotas. **Planejamento estratégico de Internacionalização**

da UFPel. Pelotas, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/crinter/files/2018/07/Planejamento-Estrat%C3%A9gico-de-Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-UFPel-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFPR - Universidade Federal do Paraná. **Plano Institucional de Internacionalização da UFPR**. Curitiba, Paraná, 2018. Disponível em: <http://www.prppg.ufpr.br/site/wp-content/uploads/2019/01/plano-internac-ufpr-2018-2022.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano. **Resolução n.1/2019**. Dispõe sobre a aprovação do Plano Institucional de Inserção Internacional da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Cruz das Almas, Bahia, 2019. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/supai/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_11_2019.PDF. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei. **Resolução nº 022/2018**, que institui a política de internacionalização da UFSJ da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. São João del-Rei, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/assin/Plano%20e%20Politica%20-%20Intern/Politica%20de%20Internacionalizaco%20-%20Res022Consu2018.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Resolução n. 16/2017**. Aprova a Política de Internacionalização da UFTM. Uberaba, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/?to=RTZjcGZxTGFsSkFOOXRhSkpVdm5ELzBmWjZPUjNwZVNDdzA3NzFoRzcxeFREdkl2ZlIMa25YaklsN0IFMEJ3MHVWO2ZDVjFiTIFCRXRiUy9jR1k4dDRSU3JtSlk0WUhCUXhXdld4VlpXbFJhNitTN1ZSbm9yQVZycWJidWE2QmhDOHh3RmFPVVE4dEpuVTZrbEtVY1BvbmF5VmVOVHMxUmc4N25ZOENPbVRFLzhiaytjd1dWUExpWndUbVhqNXBV&secret=uftm>. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFU - Universidade Federal de Uberlândia. **Resolução SEI Nº 02/2018**. Dispõe sobre o Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal de Uberlândia (PINT-UFU). Uberlândia, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONPEP-2018-2.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

UnB - Universidade de Brasília. **Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília (UnB) - 2018-2022**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://int.unb.br/br/component/phocadownload/category/19-plano-de-internacionalizacao-da-unb?download=168:plano-de-internacionalizacao-da-unb>. Acesso em 05 jun. 2022.

UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas. **Resolução nº3/2018**, que aprova a Política de Internacionalização da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG. Alfenas, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2019/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C3%BA-3-2018.pdf>

[C3%A3o-03-2018-aprova-Plano-de-Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o-3009.pdf](#). Acesso em 05 jun. 2022.

UNILA - Universidade de Integração Latino-americana. **Resolução CONSUN nº 5/2019**, que aprova a Política de Internacionalização da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Foz do Iguaçu, Paraná, 2019. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/mestrado/biociencias/arquivos/CONSUN_Resolucao_2019.005_Politica_Internacionalizacao.pdf. Acesso em 05 jun. 2022.

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Política de Internacionalização da UTFPR**. Curitiba, Paraná, 2018. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/comissoes/consulta/plano-de-internacionalizacao/proposta-de-politica-de-internacionalizacao-da-utfpr>. Acesso em: 05 jun. 2022.

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Plano de Cooperação e Intercâmbio Internacionais: 2018-2022**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/PlanoDeCooperacaoEIntercambioInternacionais2018A2022.pdf>. Acesso em 05 jun. 2022.

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021-2025**. Seropédica, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://portal.ufrrj.br/wp-content/uploads/2021/12/PLANO-DE-INTERNACIONALIZACAO_APROVADO-CONSU-29_11_2021.pdf. Acesso em 05 jun. 2022.

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Resolução no 052/2018-CONSEPE**. Dispõe sobre o Plano Estratégico de Internacionalização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal, Rio Grande do Norte. Disponível em: https://www.ufrn.br/resources/documentos/planos/plano_Estrategico_de_internacionalizacao_da_UFRN.pdf. Acesso: 05 jun. 2022.

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto alegre, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propg/wp-content/uploads/Plano-Institucional-de-Internacionalizacao-da-UFRGS-1.pdf>. Acesso: 05 jun. 2022.

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. **Plano Internacional de internacionalização da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/345/2018/04/PLANO-INSTITUCIONAL-DE-INTERNACIONALIZACOES.pdf>. Acesso 05 jun. 2022.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. **Plano Institucional de Internacionalização da UFSC**. Florianópolis, Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://novaprog.paginas.ufsc.br/files/2019/02/PROPOSTA-DE-PLANO-INSTITUCIONAL-DE-INTERNACIONALIZAC%CC%A7A%CC%83O-Final-Aprovada.pdf>. Acesso: 05 jun. 2022.

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Plano Estratégico de Internacionalização UFSCar: desenvolvendo conhecimento global e cultivando competências interculturais. São Carlos, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.propg.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/copg/atas/atas-2018/plano-estrategico-de-internacionalizacao-ufscar.pdf>. Acesso 05 jun. 2022.

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa. **Plano Institucional de Internacionalização**. Bagé, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propesq/files/2019/01/plano-internacionalizacao-unipampa.pdf>. Acesso: 05 jun. 2022.

VILAÇA, Sarah Luana Vieira. O programa Minas Mundi de mobilidade internacional para graduandos da Universidade Federal de Minas Gerais. In: **Colóquio Internacional de Gestão Universitária**, 14., 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2014.